





Contributos para a História da Arquitectura e do Urbanismo em Montemor-o-Novo, do Século XVI ao Século XIX

Ana Margarida Portela¹ e Francisco Queiroz²

III - O Asilo Montemorense de Infância Desvalida no contexto da educação feminina em Portugal nos finais do século XIX

Complementando um trabalho publicado na revista "Almorsor" em 2002³, o presente estudo é a adaptação (e substancial ampliação) de uma comunicação apresentada por Ana Margarida Portela ao "IV Colóquio Internacional - Em busca da História das Mulheres Portuguesas: As mulheres e a família, encontros e desencontros", o qual decorreu no Porto em 5 e 6 de Junho de 2003 e foi organizado pela Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres.

A elaboração do texto teve em vista integrar num contexto histórico o Asilo Montemorense de Infância Desvalida (*fig. 1*). Recorremos a vários termos de comparação, enfatizando sobretudo os asilos congéneres de Ourém e de Castelo de Vide.

Deixamos aqui os nossos agradecimentos ao Dr. Jorge Fonseca pela colaboração prestada.

Introdução

Até ao século XVIII, praticamente todo o ensino em Portugal era detido e desenvolvido pelo clero, em conventos e colégios. Porém, na conjuntura anti-jesuíta



Fig. 1 - Frontispício da *História summaria da fundação do Asylo Montemorense de Infancia Desvalida*.

da governação iluminista do Marquês de Pombal foram criadas em 1759 as *escolas régias* (embrião do que viria a ser o ensino secundário) e, em 1772, institui-se o sistema do ensino primário das escolas de *ler, escrever e contar*. Estas escolas de modo algum pretendiam estender a instrução primária a todas as classes populares. Com efeito, no próprio preâmbulo do diploma instituidor dos estudos menores primários, ficam pragmaticamente preteridos *“os que são necessariamente empregados nos serviços rústicos e nas artes fabris que ministram o sustento aos povos e constituem os braços e mãos do «Corpo Politico»”* para os quais *“basta (...) as instruções dos Parochos”*. Na prática, o resultado foi a exclusão do sexo feminino e de praticamente todo o mundo rural, que era na altura claramente dominante no país.

No início do século XIX, as rudimentares escolas primárias ainda eram uma raridade. Na prática, a existência de ensino primário numa determinada localidade acabava por depender muito da residência na mesma de um mestre-escola, que geralmente ensinava em sua própria casa. Era assim que algumas crianças tinham acesso ao ensino das primeiras letras. A maioria, porém, acabava por não receber qualquer instrução.

Em 1815 não existiriam em Portugal mais do que algumas dezenas de escolas primárias civis e não tinham sido sequer criadas escolas primárias vocacionadas para o ensino ao sexo feminino, apesar da ideia remontar ao governo do Marquês de Pombal. Foi apenas nesse ano que surgiram dezoito escolas femininas, embora sem grande continuidade, tal como sucedeu com outros projectos posteriores: as escolas regimentais, em 1817 (por João Crisóstomo de Couto e Melo) e, já depois da revolução de 1820, as cerca de 49 escolas populares fundadas.

Neste contexto revolucionário, proclamou-se o princípio da liberdade do ensino e advogou-se a extensão da educação primária a todos os cidadãos, tendo sido então previstas - por exemplo - seis escolas femininas no Porto⁴. Porém, com a reviravolta política de 1823, o ensino livre e as escolas de ambos os sexos foram temporariamente abolidos⁵. No contexto da Carta Constitucional, em 1826, cria-se novamente um quadro político favorável ao progresso do ensino, uma vez que a Carta pretendia assegurar a instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Três anos depois, porém, propunha-se a redução do número de escolas primárias, de cerca de 950 para 600, certamente por questões económicas. Ainda assim, a proclamação do princípio da liberdade de ensino voltava a autorizar as corporações locais a abrirem escolas⁶.

Entretanto, chega definitivamente o Liberalismo, em 1834. Durante os anos seguintes, várias iniciativas para estabelecer escolas nem sempre foram bem sucedidas. Exemplo disso foi a primeira reforma do ensino, devida a Rodrigo da Fonseca Magalhães (1835). Nesta reforma, estabelecia-se a gratuidade e

obrigatoriedade do ensino primário, a ministrar em escolas públicas a criar pelo governo, pelos municípios ou pelas juntas de paróquia. Porém, só as povoações com mais de 400 fogos seriam beneficiadas com tais escolas, o que deixava de parte muitas localidades do país. O ensino primário compreendia a leitura, a escrita, elementos de gramática portuguesa, religião, moral, civildade, direito político, história e geografia. Previa-se também o estabelecimento de uma "escola normal" para o sexo masculino em cada capital de distrito administrativo⁷. O vencimento estipulado na época para os professores era de tal forma valorizado que, quase passado um século, os professores recebiam comparativamente muito menos. Porém, esta reforma não passou do papel, tendo sido chumbada meses depois por Luís Mouzinho de Albuquerque⁸.

Em 1836, o reformador que se seguiu foi Manuel da Silva Passos, a quem se deveu a criação de várias escolas, nas mais diversas categorias. Oficializa-se então o ensino politécnico em Lisboa e no Porto, sendo também desta época a Academia de Belas Artes e a Escola Médico-Cirúrgica. Porém, para ingressar nestas escolas era necessário primeiro ter instrução primária. Ora, as escolas primárias não abundavam, mesmo tendo Passos Manuel baixado para 60 o número mínimo de alunos que poderiam justificar a criação de uma escola oficial. Terá sido nesta época (1837) que Montemor-o-Novo recebeu o primeiro professor régio⁹. Refira-se que Passos Manuel estabeleceu a inclusão do desenho e dos exercícios ginásticos no currículo do ensino primário e, contrariamente à reforma de 1835, que era omissa nesse ponto, determinou a existência de uma escola de meninas em cada capital de distrito, disposição que denota até que ponto o ensino feminino era negligenciado. Aliás, três anos depois da reforma de 1836 não tinha sido criada nenhuma escola feminina das que estavam previstas¹⁰.

Em 1844, um decreto de Costa Cabral determina a possibilidade de formação de professoras primárias em escolas normais instaladas em conventos e divide o ensino primário em dois graus, atribuindo-se ao 1º grau todas as disciplinas que já figuravam no currículo mas suprimindo a ginástica e o desenho. O 2º grau compreendia as disciplinas do 1º grau e também gramática, desenho linear, geografia, história geral e sagrada, aritmética e geometria aplicada à indústria e escrituração comercial. As escolas femininas só compreenderiam o 1º grau, ao qual se acrescentava a disciplina de labores. A escola seria obrigatória dos 7 aos 15 anos, admitindo-se uma exceção para os demasiado pobres ou para os que vivessem a mais de um quarto de légua da escola mais próxima. Contudo, quanto ao ensino feminino, o seu funcionamento dependeria das disponibilidades financeiras, admitindo-se como possibilidade que as escolas masculinas contivessem uma classe reservada às meninas, de modo a evitar a despesa com a fundação de uma escola apartada¹¹.

Segundo Teresa Fonseca, no ano lectivo de 1844-1845 apenas funcionavam três

escolas públicas femininas no distrito de Évora, sendo que duas delas foram criadas graças à acção de particulares (em Vila Viçosa e no Redondo). Em contrapartida, existiam no distrito cerca de cinquenta escolas particulares - sete das quais no concelho de Montemor-o-Novo, denotando o desinvestimento do Estado na educação feminina¹².

Em Montemor-o-Novo, estas escolas particulares femininas foram surgindo após o falhanço da iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo Alexandre José Botelho. Em 1842, este progressista e ilustrado edil procurou criar um colégio feminino no Recolhimento de Nossa Senhora da Luz (à imagem daquele que existia da vila do Redondo), contando com a colaboração das recolhidas. Chegou mesmo a contratar em Lisboa duas mestras para o efeito. Contudo, uma escola pública feminina efectiva só surgiu em Montemor-o-Novo no ano de 1860¹³. Note-se que a escola pública masculina situou-se no antigo Convento de S. João de Deus, tal como outras repartições municipais¹⁴.

Com o avançar do século XIX deu-se a generalização dos jornais diários, dos almanaques e de todo o tipo de livros destinados à classe média urbana. Complementando o espectro de acção dos recém-criados liceus (reforma de Passos Manuel), que se restringiam às cidades capitais de distrito¹⁵, surgem com a Regeneração as primeiras escolas oficiais de carácter profissional. Em 1854 abre o Instituto Industrial de Lisboa e a Escola Industrial do Porto. A cada vez maior especialização que se exigia em determinadas profissões obrigava a uma instrução generalizada mesmo por parte de franjas populares. Trinta anos mais tarde, quando a industrialização já extravasava claramente as cidades de Lisboa e Porto, surgem em várias cidades as escolas de desenho industrial, às quais as meninas tinham acesso (fig. 2).



Fig. 2 - Alunos, professores e funcionários da Escola Industrial Domingos Sequeira (Leiria, ano lectivo de 1889-1890), podendo ver-se algumas meninas.

Ainda assim, para aceder a estas escolas já especificamente destinadas às classes populares (e não só), a capacidade de leitura e de escrita era fundamental. Em meados do século XIX foram até experimentados métodos para permitir uma aprendizagem rápida da escrita por parte do operariado urbano, nomeadamente o método da chamada "escrita repentina", de António Feliciano de Castilho. Apesar de tudo, era necessário tempo e meios para que as classes mais pobres pudessem ter esta instrução primária e, eventualmente, prosseguir estudos. As meninas estavam sempre em desvantagem.

A questão da instrução feminina, sobretudo dentro das classes mais desfavorecidas, debateu-se, pois, com os problemas mais complexos, sobretudo tendo em conta que os sucessivos governos mostravam-se incapazes de atingir a meta de uma rede efectivamente nacional de estabelecimentos de ensino primário. Esta rede ainda demoraria muitos anos a surgir. Em 1859 fundou-se a Direcção Geral da Instrução Pública, à qual competia dirigir todo o ensino ministrado em Portugal embora, na prática, a sua acção não fosse suficientemente eficaz. Entretanto, em 22 de Junho de 1870 criou-se o Ministério da Instrução Pública, com D. António da Costa a presidir. Entre outras novidades, estabeleceu-se a igualdade dos sexos para efeitos de instrução, embora mantendo-se a diferenciação dos currículos. D. António da Costa elaborou também um plano de reforma para os recolhimentos de raparigas. Mais uma vez, também este foi um programa que apenas vigorou enquanto durou o respectivo Governo. É de 2 de Maio de 1878 a subsequente reforma do ensino (de António Rodrigues Sampaio), considerada como a mais importante dos últimos tempos do constitucionalismo. Entre muitas outras novidades, destacamos a divisão entre ensino primário e complementar e a proposta que estabelecia comissões de beneficência e ensino, com a finalidade de subsidiar crianças pobres em idade escolar¹⁶.

Pela década de 1880, eram as câmaras municipais que (dentro do possível) pagavam aos professores, assim como construía edifícios escolares e organizavam bibliotecas, exposições, museus, etc. Porém, no início da década seguinte (com José Dias Ferreira no poder), a maioria das acções concretizadas até então cai por terra. Os cortes orçamentais afectaram profundamente o ensino, tendo sido dispensados professores de disciplinas consideradas supérfluas¹⁷.

Em 1901, existiam em Portugal pouco mais de quatro mil escolas primárias e cerca de mil e seiscentas escolas particulares, tendo sido no final deste ano que o governo de Hintze Ribeiro reorganizou todo o ensino primário. Entre outras medidas, estabeleceram-se escolas infantis e organizaram-se caixas económicas e comissões de beneficência escolar¹⁸. A República viria a promover nova reforma profunda no ensino primário, tornando-o mais generalizado.



Fig. 3 - Anúncio de um colégio privado fundado no Porto em 1893.

A iniciativa particular no ensino oitocentista

Este breve esboço histórico ajuda a explicar porque razão a iniciativa particular no ensino foi muito forte durante todo o Liberalismo, suprindo a falta de respostas por parte do Estado (*fig. 3*). Esta iniciativa particular era proporcionalmente mais visível no caso das meninas, proliferando nas cidades e em algumas vilas mais populosas os colégios finos e as mestras que recebiam alunas em sua casa, onde davam lições.

A dependência do Estado relativamente à acção de particulares no ensino era também maior no caso das classes mais desfavorecidas, especialmente no que dizia respeito ao sexo feminino. Poucos eram os colégios ou as mestras que ensinavam gratuitamente às meninas mais pobres. Ora, os burgueses românticos endinheirados acabaram por ver na instrução, e na instrução feminina em particular, um meio para se projectarem socialmente ou para expiarem as suas almas.

São relativamente bem conhecidas as escolas fundadas por todo o país à custa do legado do Conde de Ferreira, que destinou para este fim a impressionante soma de 144 contos de réis, os quais dariam para a edificação de 120 edifícios destinados a escolas primárias¹⁹. É claro que o processo de construção destas escolas foi relativamente demorado e a escolha dos locais onde seriam criadas esteve por vezes bastante dependente da iniciativa das próprias autarquias ou mesmo de particulares, uma vez que era geralmente necessário um investimento complementar para a sua construção. Recordamos a influência que teve Alexandre José Botelho na criação da escola Conde de Ferreira em Montemor-o-Novo (1871)²⁰, assim como o ilustrado e empreendedor industrial Luís Ferreira de Sousa Cruz na fundação da escola primária de Lordelo do Ouro em 1875-1877 (*fig. 4*). Note-se que esta última escola ficaria perto da sua fábrica, pelo que a acção filantrópica do proprietário da Fundição do Ouro teria também uma acção benéfica a médio prazo junto dos seus operários²¹. Já em Penafiel, a disponibilidade da cerca de um recolhimento feminino, extinto pela lei liberal de 1834, foi fundamental para que se pudesse aqui erguer a primeira escola primária de raiz. Sendo o terreno pertença da Fazenda Nacional, não era necessário despender dinheiro na sua aquisição. Em Vila Flor, recorreu-se a outra solução relativamente ao terreno para a escola primária: a ocupação de espaço público num dos rossios (*fig. 5*).

Os diversos tipos de asilos

O recurso a espaço de rossio e a cercas de conventos (ou aos próprios conventos) foi habitual no século XIX, para escolas de todos os graus de ensino fundadas por organismos estatais. Lembramos o facto das academias de belas artes de Lisboa e do Porto terem surgido em edifícios conventuais. Lembramos ainda a instalação do Liceu Nacional de Ponta Delgada no antigo Convento da Graça (em 1853) e, bastante

mais tarde, a construção do Liceu da Guarda no preciso local onde existira até aí o Convento de Santa Clara (fig. 6).

Se isto sucedeu com as escolas oficiais, mais evidente foi o recurso às mesmas soluções por parte de instituidores de escolas para as classes mais pobres, conhecidas na época como *asilos*.

Embora hoje se associe a palavra *asilo* a *lar de idosos*, no século XIX, os asilos eram valências urbanas e destinavam-se sobretudo a crianças de classes pobres, ou então a pessoas incapacitadas de trabalhar, independentemente da sua idade. Os primeiros tinham sobretudo uma vertente de ensino e de protecção, já que as classes mais desfavorecidas, mesmo em núcleos urbanos, não eram abrangidas pelo ensino primário. Foi o próprio D. Pedro IV quem promoveu a criação do grupo de trabalho que fundaria a Associação das Casas de Asilo da Infância Desvalida, da qual o monarca foi Presidente. Estes asilos tinham o intuito de proteger, educar e instruir as crianças pobres de ambos os sexos, desde o fim do aleitamento até aos 7 ou 9 anos, consoante fossem rapazes ou raparigas, permitindo aos pais e mães ocuparem-se da sua lida diária sem o inconveniente de deixarem os seus filhos em situação precária²². Em 8 de Maio de 1834 inaugurou-se o primeiro asilo deste género, em Lisboa, com base em modelos franceses e ingleses²³. Quanto ao Asilo da Primeira Infância Desvalida do Porto, este foi fundado em 5 de Dezembro de 1835, de forma a “*vestir, alimentar e instruir crianças pobres de ambos os sexos durante o dia, facilitando a seus pais o empregarem-se em trabalho proveitoso, sem deixarem os filhos em abandono*”²⁴.

A generalidade da elite burguesa das duas principais cidades do país subscreveu inicialmente a instituição destas casas de asilo da primeira infância, oferecendo quantias relevantes²⁵. Durante décadas, as despesas do asilo português foram sendo cobertas pelo rendimento de capitais (inscrições da dívida pública, acções de bancos e companhias), pela subscrição dos benfeitores associados e por esmolas e legados



Fig. 4 - Projecto para a escola primária de Lordelo do Ouro, aprovado pela Câmara Municipal do Porto em 1877.



Fig. 5 - Escola Conde de Ferreira, erguida num antigo rossio de Vila Flor (foto de 1927).

Fig. 6 - O Liceu da Guarda (foto antiga).

Fig. 7 - Porto: edifício projectado no século XVIII para servir a Casa Pia (foto antiga).



ocasionais (em dinheiro ou em espécie)²⁶. É certo que o número dos benfeitores associados tendia sempre a diminuir: uns morriam, outros ausentavam-se e alguns esqueciam-se de regularizar a sua subscrição. Em 1885, a direcção do Asilo da Primeira Infância Desvalida do Porto teve mesmo de solicitar publicamente a inscrição de novos benfeitores, de forma a poder reformar as suas instalações²⁷.

Por emulação, a criação de instituições semelhantes passou a ser entendida como uma necessidade de qualquer núcleo urbano que se pretendesse progressista. Aliás, durante o Romantismo, foi-se cada vez enraizando mais a ideia de colocar em instituições de assistência todos quantos não tivessem quaisquer meios de subsistência e vivessem na rua, especialmente as crianças, dentro de uma linha que já vinha do Iluminismo, tendo tido como primeiro exemplo relevante a Casa Pia de Lisboa. Contudo, o modelo da Casa Pia de Lisboa não tinha chegado de forma efectiva ao resto do país. No Porto, o edifício que lhe foi destinado ainda no século XVIII acabou por servir outros fins (fig. 7). Em Beja, esta instituição chegou a funcionar, em edifício hoje abandonado, o qual ostenta a data de 1857 (fig. 8).

Numa primeira fase, os asilos criados nas cidades e principais vilas portuguesas destinavam-se sobretudo a evitar a mendicidade e a dar protecção social às crianças. As autarquias estavam muito mais interessadas na questão da mendicidade, enquanto que a protecção social e (um pouco mais tarde) o ensino foram sobretudo apanágio de alguns beneméritos locais. Mas esta tendência não foi linear. Em certos casos, estes beneméritos estavam também interessados em promover obras de assistência a deficientes, uma vez que estes eram geralmente vistos como inválidos. Em 20 de Julho de 1863, o Dr. João Diogo Juzarte de Sequeira



Fig. 8 - Beja: detalhe do antigo edifício da Casa Pia, na Rua da Cisterna (foto de Francisco Queiroz).

Sameiro instituiu um asilo para cegos em Castelo de Vide, sob a invocação de Nossa Senhora da Esperança (instituição que ainda hoje existe). Também neste caso fez-se o aproveitamento do edifício de um convento extinto. Ora, este asilo foi fundado devido ao facto do instituidor ter tido muitos casos de cegueira na sua própria família. Quase trinta anos depois, através do benfeitor José Rodrigues de Araújo Porto, a Câmara Municipal do Porto fundou uma escola para surdos-mudos. Existem vários outros exemplos. Lembramos aqui mais dois: o Asilo de Inválidos instituído pelo "brasileiro" José Vieira Gomes em Real, nos subúrbios de Braga e o Asilo de Inválidos instituído em Fafe por Manuel Baptista Maia e sua esposa (1906)²⁸.

Quanto aos asilos especificamente para idosos, só nos finais do século XIX e inícios do século XX terão começado a surgir em Portugal. Não podemos deixar de mencionar como exemplo o interessante edifício que albergou simultaneamente o Asilo António Almeida da Costa e a Creche Emília de Jesus Costa. Esta instituição foi fundada e subsidiada por António Almeida da Costa e sua mulher, que não tiveram descendentes. A creche foi criada para albergar crianças pobres, dando-se preferência a filhos de funcionários da Fábrica de Cerâmica das Devesas, fundada por António Almeida da Costa. Na creche, as crianças receberiam "*alimento, agasalho, amparo e protecção, enquanto a mãe trabalha*". Esta instituição situava-se junto do palacete dos instituidores (fig. 9), tendo dado depois origem à Misericórdia de Gaia²⁹.

Os asilos da mendicidade e os asilos de infância desvalida³⁰

Quer os asilos da mendicidade, quer os asilos de infância desvalida foram comuns em várias cidades e vilas portuguesas, mas terão surgido primeiramente em Lisboa e no Porto. Alguns dos asilos eram sustentados por privados, como o Asilo do Barão de Nova Sintra, no Porto, embora este possa ser considerado, em certos aspectos, como um caso à parte (fig. 10). A generalidade dos asilos era sustentada por donativos privados e benefícios. Em Agosto de 1851, por exemplo, decorreram em Lisboa as festas de beneficência a favor do respectivo Asilo da Mendicidade, nas quais se encenou uma impressionante iluminação do Passeio Público do Rossio. A ideia partiu de José Isidoro Guedes, presidente da comissão encarregada de promover o benefício, o qual incluía iluminações, música em coretos, bazares de rifas, barracas de forro colorido com mesas de doces e aparadores de refrescos. O Asilo da Mendicidade do Porto, cujo edifício ainda hoje existe (fig. 11), foi objecto de acções filantrópicas semelhantes.

Como se verá de seguida, os asilos da mendicidade de certo modo confundiam-se ligeiramente com os de infância desvalida, tendo sido sobretudo os segundos a proliferar em maior quantidade nas décadas seguintes. Em 1853 surge a o Asilo de Infância Desvalida de Angra do Heroísmo, administrado pela Irmandade de Nossa



Fig. 9 - Vila Nova de Gaia: Asilo António Almeida da Costa e Creche Emília de Jesus Costa (foto de Ana Margarida Portela).



Fig. 10 - Asilo do Barão de Nova Sintra (foto antiga).



Fig. 11 - Edifício que serviu de Asilo da Mendicidade do Porto, vendo-se no remate a alegoria da Caridade, recorrente em vários edifícios assistenciais oitocentistas (foto de Francisco Queiroz).



Fig. 12 - Guimarães: edifício conventual adaptado a Asilo de Infância Desvalida de Santa Estefânia (foto de Francisco Queiroz).

Senhora do Livramento, tendo o mesmo funcionamento no antigo Convento de Santo António dos Capuchos, que tomou depois o nome de "Asilo das Meninas" ³¹.

Entretanto, em Lisboa sentia-se a necessidade de mais do que um asilo, dada a dimensão da cidade. Em Junho de 1855, no Campo Grande, um grupo de cidadãos decide também criar um asilo para a infância desvalida. Foi então constituída uma comissão presidida pelo Conde das Galveias, a qual angariou verbas em Portugal, no Brasil e mesmo nas colónias. Logo que subiu ao trono, D. Pedro V assumiu-se como o patrono deste novo asilo, que tomou o seu nome³². Reunidos os fundos necessários, a 10 de Maio de 1856 iniciaram-se as obras do asilo, tendo sido o mesmo inaugurado a 10 de Outubro de 1857. O projecto foi concebido pela conhecida dupla Cinatti e Rambois³³. Entretanto, já desde 1856 que o asilo funcionava em instalações provisórias.

Até 1867, o Asilo D. Pedro V recebeu crianças de ambos os sexos. Em regime de externato podiam frequentar o asilo os rapazes entre os 3 e os 7 anos e as raparigas entre os 3 e os 12 anos. Aqui aprendia-se os rudimentos da instrução primária e recebia-se a providencial alimentação. Em regime de internato, o asilo podia receber até um máximo de 40 alunas, com idades compreendidas entre os 3 e os 16 anos. Para além de receberem a instrução primária (ler, escrever e contar) as meninas eram preparadas para ser mestras na costura ou criadas de servir. Em 1867, ampliam-se as instalações, passando o asilo a receber a partir daí apenas raparigas, as quais podiam ali ficar até aos 18 anos. Face à crescente procura de professores primários, o asilo passou a especializar-se até na formação de futuras professoras deste nível de ensino³⁴.

A generalização dos asilos de mendicidade e de infância desvalida a outras cidades do país terá ocorrido sobretudo na década de 1850. Em Leiria, sabemos que existia um asilo em 1854, mas não devia ser talvez o mais consentâneo com as necessidades da cidade nesta matéria. Efectivamente, em 1857, o Governador Civil questionou a Câmara sobre com que recursos podia contar *"para a organização de um asilo da Mendicidade e outro de infância desvalida por meio de associação entre pessoas mais inteligentes e abastadas por meio de donativos avulsos e por meio de subsídios fornecidos pela Câmara Municipal, Junta de Paróquia e Confrarias"*. Anos mais tarde, o Governador Civil continuava a parecer mais interessado neste serviço assistencial do que a Câmara Municipal: em Outubro de 1866, informou a vereação que *"tratava actualmente de promover o estabelecimento de um asilo da Mendicidade e de infância desvalida na capital do distrito, para cuja criação e sustentação muito se carecia das sobras das diferentes irmandades e confrarias"*, pedindo também à Câmara uma verba para aquele melhoramento. A Câmara resolveu financiar o asilo com 100\$000 anuais³⁵.

Apesar deste caso de Leiria parecer evidenciar uma complementaridade e interdependência entre o asilo da mendicidade e o asilo de infância desvalida,

parece-nos que os primeiros foram sendo maioritariamente criados por iniciativa pública, apesar de terem contado quase sempre com fortes apoios privados e também com a disponibilidade de antigos edifícios religiosos nacionalizados. Porém, esta é uma questão que necessita de ulterior estudo mais aprofundado. Aliás, contextualizando mais o tema e demonstrando a sua complexidade, refira-se que em 1856 é inaugurado em Ponta Delgada o Asilo de Infância Desvalida. Contudo, só em 1876 é aqui inaugurado o Asilo de Mendicidade, o qual foi criado pelo benemérito Luís Soares de Sousa.

Em Aveiro, foi no início da década de 1860 que se fundou um asilo para a infância desvalida, graças à acção do tribuno José Estevão Coelho de Magalhães, que por essa altura também esteve envolvido na fundação do Asilo de S. João, em Lisboa, alegadamente com financiamento da Maçonaria. Em Guimarães, após a secularização do Convento das Carmelitas, em 1850, este serviu de quartel mas foi depois concedido à sociedade instituidora do Asilo de Infância Desvalida de Santa Estefânia (1864). Este asilo, que de certo modo ainda hoje existe (*fig. 12*), foi mais tarde beneficiado pelo testamento de Francisco Martins de Gouveia Morais Sarmento (fundador da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães). No mesmo testamento, de 1914, também foi contemplado o Asilo da Mendicidade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos.

Na Guarda, o Asilo da Infância Desvalida foi fundado em 1867 pelo então Governador Civil António Pais de Sande e Castro. Na Covilhã, foi em 1870 que se fundou a Real Associação da Infância Desvalida, fortemente promovida pelo Visconde da Coriscada. Porém, um colégio especificamente vocacionado para meninas, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, tinha sido já aqui fundado em 1862 por Maria José Tavares de Azevedo Castelo Branco. Esta senhora, falecida em 1876, deixou parte dos seus bens para manutenção do colégio, que a partir de 1870 passou a ser gerido pelas Irmãs Doroteias. Em Viseu, tratava-se em 1884 de iniciar a construção do novo Asilo Anjo da Caridade e em Beiriz (Póvoa de Varzim) foi inaugurada no dia 1 de Janeiro de 1885 uma escola-asilo para meninas pobres e abandonadas, fundada a expensas do benemérito local Manuel Francisco de Almeida Brandão³⁶. Mencionemos ainda o Asilo Distrital de Infância Desvalida de Nossa Senhora do Carmo de Tavira, assim como a Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição, em Ponte de Lima, esta última fundada por Agostinho José Taveira em 1888. Em 1897 inicia-se a construção do Asilo de Infância Desvalida da Figueira da Foz, por iniciativa da respectiva Associação Comercial. Os asilos do género iam espalhando-se progressivamente, até mesmo em vilas. Em 22 de Setembro de 1898 principiam em Paredes de Coura as obras para a construção do Asilo de Nossa Senhora da Conceição para a Infância Desvalida. Nesse ano, os vários asilos de infância desvalida recolhiam já 1430 asilados³⁷.

Em geral, estes asilos aproveitaram muitos edifícios religiosos, mas também os



Fig. 13 - Coimbra: edifício conventual adaptado a Asilo de Infância Desvalida (foto de Ana Margarida Portela).

Fig. 14 - Braga: Campo da Vinha, com o asilo em profunda renovação arquitectónica (foto do início do século XX).



houve em edifícios criados de raiz, sobretudo os mais tardios ou os que nasciam de legados particulares. O Asilo da Infância Desvalida de Castelo Branco funcionou na Ermida de Santa Ana. Em Coimbra, o asilo de infância desvalida instalou-se num antigo edifício religioso abaixo do terreiro da Universidade (fig.13). O Asilo da Mendicidade de Braga funcionou no Convento do Salvador³⁸. Este asilo foi depois muito aumentado por iniciativa do "brasileiro" José Francisco Correia - Conde de Agrolongo (fig.14). Note-se que em Braga existiu também o Asilo de Infância Desvalida D. Pedro V.



Fig. 15 - Torre de Moncorvo: o convento franciscano transformado em asilo (postal antigo).

Outros conventos em Portugal viriam a funcionar como asilos, sobretudo femininos, na sequência da sua extinção definitiva como espaços conventuais. Foi o caso do Convento de S. Francisco em Bragança, do Convento de Corpus Christi em Gaia³⁹, do Convento de S. Francisco em Torre de Moncorvo (fig.15) ou do Convento de Santa Clara em Vila do Conde (fig.16). Alguns destes asilos ou colégios acabariam por chegar até aos nossos dias, com diferentes formatos, é certo. Lembramos, aliás, o mais recente caso do Mosteiro de Paço de Sousa, em cuja cerca hoje funciona a Casa do Gaiato. Também o Mosteiro de Alcobaça (em parte⁴⁰) e o antigo edifício do seminário de S. Vítor (no Porto⁴¹) albergaram instituições semelhantes.



Fig. 16 - Vila do Conde: Convento de Santa Clara (foto extraída do Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 14).

Em Leiria, desde finais do século XIX que existia no Convento de Santa Ana um asilo feminino (fig. 17). O convento era administrado pela Associação das Irmãs Terceiras de S. Domingos, que ali providenciavam o ensino primário a meninas pobres. Só com a República este asilo foi desmantelado, na sequência da cobiça do extinto convento e sua cerca para outras necessidades urbanísticas, com a de um mercado fechado (que veio a ser efectivamente construído)⁴². Refira-se que o Convento de S. Bento da Avé-Maria, no Porto, também teve um papel semelhante no ensino feminino (fig.18). Após a extinção das comunidades de religiosas, a transição poderia ser suave, pois alguns conventos iam transformando-se em recolhimentos seculares de meninas, nos quais as últimas freiras podiam ter até algum papel na formação moral das mesmas. Mas também o Convento de S. Bento da Avé-Maria foi muito cobiçado em termos urbanísticos e acabou por converter-se numa estação ferroviária.

Na Horta, o setecentista Convento de Santo António teve ocupações várias após a lei de extinção das ordens religiosas, como a de hospital militar e Asilo de Infância Desvalida⁴³. No Funchal, uma planta de 1915 elaborada por Ventura Terra mostramos o Asilo da Mendicidade junto ao Hospital Princesa D. Maria Amélia (fig. 19). No Porto, o Dispensário Rainha D. Amélia instalou-se, em finais do século XIX, numa ala do extinto convento das clarissas e bem próximo do Recolhimento das Meninas Desamparadas (fig. 20).

Os asilos femininos e o caso de Ourém

Como se tem vindo a verificar, dentro desta acção benemérita generalizada, eram sobretudo os grupos urbanos mais desfavorecidos que colhiam maiores esmolas por parte dos abastados, especialmente as meninas pobres, para as quais a instrução era normalmente negligenciada. Lembramos que o modelo da Casa Pia era originalmente destinado a rapazes e só em 1856, por iniciativa de D. Pedro V, terá surgido em Lisboa o primeiro asilo exclusivamente para o sexo feminino - o Asilo da Ajuda, destinado a receber as órfãs das vítimas da febre amarela. Também no Porto foi criado um asilo feminino por esta época, o qual dependia bastante de donativos particulares. Manuel Joaquim de Sousa Monteiro (f. 5 de Abril de 1884), por

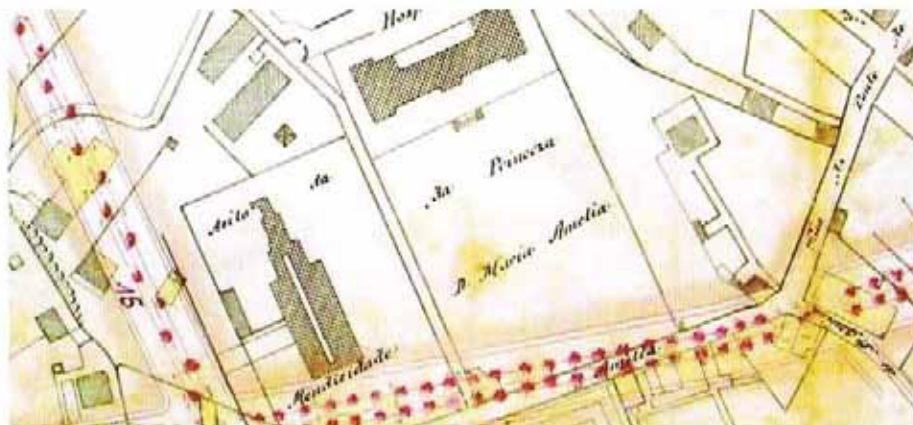


Fig. 17 - Leiria: o já desaparecido Convento de Santa Ana e a sua cerca em finais do século XIX, podendo ver-se que uma ala estava completamente arruinada.



Fig. 18 - Porto: Convento de S. Bento da Avé-Maria (foto antiga).

Fig. 19 - Funchal: detalhe de uma planta de 1915.



exemplo, mereceu o epíteto de *"philantropico negociante"* quando ofereceu esmola para o Asilo das Raparigas Abandonadas, em 1857⁴⁴. Ora, foi neste asilo que ingressou a célebre Henriqueta Emília da Conceição (nascida em 1840 e órfã da sua mãe, tendo sido à nascença abandonada pelo pai). Henriqueta acabaria por trabalhar mais tarde numa fábrica de fósforos, cedo enveredando pela prostituição de luxo, onde conseguiu amealhar alguma fortuna (fig.21)⁴⁵.

De modo a contextualizar ainda melhor a fundação do Asilo Montemorense de Infância Desvalida, optámos por abordar uma outra instituição semelhante, mais antiga, situada em Ourém. Por volta de 1868, a instrução primária do sexo feminino era aqui feita a título particular, incluindo *"a leitura e as prendas que convêm às meninas"*. Em Vila Nova de Ourém, por exemplo, a mestra recebia em sua casa cerca de 15 crianças com alguma regularidade⁴⁶. Contudo, as crianças mais desfavorecidas do sexo feminino não podiam contar com esta instrução. Ora, precisamente por esta altura estabeleceu-se um colégio em Ourém⁴⁷. Segundo o relato de Joaquim António de Oliveira Flores⁴⁸, em 12 de Novembro de 1866 vieram em missão a Ourém os sacerdotes Carlos João Rademaker e Crispim Caetano Ferreira Tavares, tendo logo ali estabelecido um *"côro filhas do Sagrado Coração de Maria, sendo o 25º na ordem da sua criação, dependendo do central cuja sede é em Lisboa"*⁴⁹. Entraram para esta pia união *"todas as senhoras da villa e suas immediações"* e foi escolhida para presidente Gertrudes Magna da Silva Neves Ataíde (1823-1871), da Quinta da Parreira. Segundo o autor desta descrição, a escolha não podia ter sido mais acertada. Gertrudes Magna da Silva Neves Ataíde era *"senhora respeitabilíssima"*, sendo filha de António da Silva Neves (natural de Lisboa, onde foi advogado provisório, Administrador do Concelho de Ourém em 1835 e 1841) e esposa de João Carlos da Silva Ataíde, da Casa do Terreiro (Leiria)⁵⁰.

O número das irmãs que compõem este "côro" foi inicialmente de trinta, como eram



Fig. 20 - Porto: detalhe da Planta de Teles Ferreira.



Fig. 21 - Henriqueta Emília da Conceição (gravura da época): exemplo da fragilidade da condição feminina quando agravada pela pobreza e abandono, no contexto do ensino existente em meados do século XIX.

geralmente todos os demais da mesma fundação. Porém, mais tarde, foi elevado este número para sessenta, com permissão do Padre Rademaker. Como necessitavam de uma capela privativa para "as suas devoções, exercícos espirituaes, e mais obras de caridade que logo projectaram", escolheram a Capela da Santíssima Trindade, então "abandonada desde muitos annos". Esta capela foi-lhes cedida pela Junta de Paróquia de Ourém, mudando-se-lhe a denominação para Nossa Senhora da Conceição - o orago das Filhas de Maria. As irmãs trataram "logo de a ampliar demolindo o alpendre que tinha à entrada, que foi accrescentado ao corpo da igreja, por este modo a capella ficou quase em dobro do que antes era".

Porém, os desejos desta congregação ainda não estavam satisfeitos: "Tinhão é verdade adquirido um meio de com mais efficacia aperfeiçoarem-se no caminho da virtude, trabalhando em commum por alcançar de Deus o proveito espiritual e salvação de suas almas (...). Mas (...) não querião trabalhar só para si, e a caridade lhes apontava as creanças esvalidas, que vegetavão aqui e ali sem educação, nem ensino civil, moral e religioso. Que pensamento tão sublime! educar meninos pobres! que rasgo tão elevado da intelligencia no caminho do progresso e da civilização!. (...) Fundar pois um collegio de educação de meninas foi o pensamento dominante da presidente depois de ter concluida a obra da capella. Ao seu genio incançavel, à sua vontade firme e inergica e verdadeiros sentimentos religiosos (...) é devido tudo quanto ahi se vê, já que é muito em attenção aos poucos e precarios recursos de que dispunha. (...) A digna presidente (...) havia invocado a proteção de Maria Santissima; por isso os recursos apparecem como por encanto. Não se poupando a trabalhos e fadigas, lida incessantemente, promove subscrições, pede donativos por toda a parte, forma bazares, para obter meios e recursos com que possa levar ao fim o seu grandioso projecto" ⁵¹.

Em Ourém, no início da década de 1870, via-se, pois, "não somente augmentada a capella, ornada com uma bella Imagem de Nossa Senhora da Conceição, bonitos quadros de sanctos, e um armonium, mas edificada desde os alicerces uma casa contigua com communicação interior para a capella (fig. 22). Tem este edificio no pavimento inferior casa de jantar, cozinha, e casa de aula; ainda que sufficientemente espaçosa está muito aquem das exigencias economicas, e higienicas: no pavimento superior tem quatro quartos de dormir separados por um corredor. Hé uma maravilha que esta casa se levantasse em tão pouco tempo com os escaços meios de que dispunha a presidente e directora e que prosperasse a ponto de que tenha ja uma dignissima mestra [Maria Augusta Carreira Ellvny, de Lisboa] senhora de raras virtudes, e de muitas prendas, cinco alumnas internas e trinta externas, quase todas pobres, a quem se dá o ensino gratuito. Em 8 de Junho de 1870 foi este estabelecimento vezitado pelo director o padre Carlos J. Rademaker, que ficou satisfetissimo do estado em que o encontrou" ⁵². Neste colégio era ministrada "instrucção primaria, doutrina christan e mais prendas proprias para meninas". Tal filosofia era advogada por José Aires da Silveira



Fig. 22 - Ourém: Capela de Nossa Senhora da Conceição e antigo edificio do asilo, junto à Porta de Santarém (foto de Ana Margarida Portela).

Mascarenhas, no discurso que proferiu em Outubro de 1870, na sessão solene de abertura das aulas do Colégio de Nossa Senhora da Conceição em Lisboa - o colégio-mãe: *"Educar (...) é progredir, é revolucionar, é buscar e caminhar para Deus. É continuar a obra de Deus, realizar as tendências da natureza; prehencher a capacidade das faculdades, concorrer para a felicidade do genero humano, cujos interesses são solidarios. Educar é buscar a aproximação do céu pela realização do reino de Deus, pela conquista da verdade, do bem e do bello"*. O regulamento *"do ensino e occupaões diarias"*, bem como do *"vestuario que devem usar as internas"* era padronizado e servia para os restantes estabelecimentos da Congregação, tendo sido dado pelo Director Geral, o Padre Carlos João Rademaker⁵³.

O colégio de Ourém começara em ponto pequeno, com recursos escassos e baseando-se em esmolas. No início, as esmolas não faltaram, graças à *"actividade de sua directora, que parece adquirir força da propria difficultade"*. Aliás, no início da década de 1870, já estava *"em construcção uma nova casa d'aula, bastante espaçosa e nas devidas condicções hygienicas, assim com mais trez dormitorios, podendo por isso ter logar a admissão d'outras alumnas, que a estão solicitando, e a que não se tem podido satisfazer ate aqui por falta de quartos. A sua directora tem em vista fazer todos os melhoramentos possiveis, e não descança um momento"*. O colégio prometia, pois, *"um futuro brilhante"* ⁵⁴. Porém, a directora do colégio viria a falecer pouco tempo depois e os problemas agravaram-se, como ainda em sua vida já se previa. De facto, *"O coro das filhas de Maria (...) reune todos os primeiros domingos de cada mez (...). Por essa occazião cada irman dá uma pequena esmola, que é recolhida pela irman thezoureira; no principio erão estas esmollas remetidas á caixa central para as despezas geraes, mas agora desde que se abriu o collegio são applicadas no seu costeamento. O numero das irmans chegou a ser 60, morreram porem 2, e das restantes nem todas concorrem às reuniões regulares, principalmente às da freguezia alheia⁵⁵; reúnem, termo medio, 30 irmans, quase sempre as mesmas, que por seu zelo e dedicação se tornão dignas de louvor; as esmolas d'estas orção por 1\$600 a 2\$200 reis mensalmente. As restantes não reúnem nem mandão as suas esmolas, sendo por isso uma completa nullidade para o côro, que não as pode contar como irmans; por esta causa a sua exemplarissima directora, magoada por tão reprehensivel indifferença, procura com uma sollicitude a toda prova atrahir novas e mais dedicadas obreiras que a venhão coadjuvar em tão nobre e sublime cruzada. E bem haja ella, por que é necessario que uma obra de tanta importancia, considerada sobre todos os aspectos, civil, moral e religioso, e começada com tão bons auspicios não acabe por negligencia; aliás seria melhor não haver começado"* ⁵⁶.

Porém, o colégio acabaria por extinguir-se. Em 1894, José Eduardo Ferreira Flores afirmava: *"no livro do destino estava esta obra de beneficencia e instrucção fatalmente condemnada à ruina. Era de prever, attendendo a que as esmolas e*

magras pensões de um limitadíssimo numero de collegiaes internas constituíam o seu unico rendimento. Muito poderia dizer-te, leitor, d'este malfadado estabelecimento de caridade; mas respeitemos especialmente as cinzas dos desgraçados utopistas que por elle sacrificaram até a própria existencia!" ⁵⁷.

Os asilos de infância desvalida na época da fundação do Asilo Montemorense

No Verão de 1877, o magistrado Marquês de Valada foi ver a Igreja e Mosteiro de Tibães, visitando uma escola do sexo feminino ali instituída pela Associação das Filhas de Maria⁵⁸. Como se pode verificar, esta congregação terá tido uma acção bastante importante na criação de escolas para meninas. Porém, a instituição prosperou numa época particularmente rica em iniciativas do mesmo género: finais da década de 1860 e toda a década de 1870.

Em Viana do Castelo, foi aberto um asilo para meninas órfãs em Agosto de 1877 por iniciativa das Filhas de Maria⁵⁹. Também no Verão de 1877, a imprensa deu conta da eleição da comissão de *"protectoras"* do asilo de infância desvalida do sexo feminino da Comarca de Fafe. Nessa ocasião, José Peixoto Magalhães e Meneses (da Casa de Quintã da Luz) proferiu um discurso, no qual aludiu aos asilos femininos e às virtudes da mulher, insistindo nos *"sacrosantos deveres que arroga na esphera que lhe está destinada no seio da familia"*. Descrevendo a condição da mulher nas várias civilizações antigas - quando a sua educação era totalmente desprezada, o orador afirmava que - felizmente - já não era assim, cuidando-se então para que as mulheres tivessem uma boa educação. E assim, recentemente, a *"prudência, doçura e bondade"* da mulher acentuavam-se na sociedade tornando-a mais *"nobre e com mais amor"*. O orador afirmou ainda que, se as mulheres antigas, como Penélope, Denaide ou Dejanira, tivessem tido educação não teriam sido *"bárbaras ou de maus costumes"* ⁶⁰. Este asilo em Fafe, fundado em 8 de Junho de 1877 com base nos legados dos *"brasileiros"* António Joaquim Vieira Montenegro (falecido em Janeiro de 1874) e Francisco Gomes Vieira de Castro, foi instalado num edificio concebido pelo Eng. Frederico Augusto Pimentel (fig. 23).

Também em 1877 foi fundada no Porto a Creche do Bom Pastor, fruto de iniciativa particular. Foram instituidoras da creche quatro senhoras pertencentes à comunidade britânica portuense. Apesar de ter sido uma das primeiras creches em Portugal destinadas a filhos de mães operárias e pobres, estas teriam de pagar uma quantia simbólica de 20 réis ⁶¹.

Sensivelmente por esta época, criou-se igualmente em Portalegre um asilo para meninas: o Asilo de Nossa Senhora da Conceição para a Infância Desvalida. Um dos seus fundadores foi o Bispo de Bragança e Miranda. O asilo iria prestar-se ao *"amparo, recato, sustento e educação"* de crianças, *"cultivando a intelligencia das*



Fig. 23 - Fafe: edificio do asilo de infância desvalida, na Rua Montenegro (postal antigo).



Fig. 24

classes indigentes" e "habilitando-as para um dia serem uteis a si e á sociedade nos diferentes misteres da vida" 62. No primeiro ano da sua instalação, este asilo situou-se numa casa arrendada em Portalegre, na Rua da Carreira, n.º 44, "única que achou nas circunstancias de poder servir para este estabelecimento". A sua abertura foi em 9 de Novembro de 1873. Desde então, até 7 de Dezembro, admitiram-se 15 crianças do sexo feminino, sendo uma por cada um dos concelhos, excepto os de Campo Maior e Monforte, por naqueles concelhos não existirem crianças nas condições prescritas pelos estatutos (os quais foram actualizados em 1875, por serem muito restritivos). A inauguração ocorreu em 8 de Dezembro de 1873, dia consagrado a Nossa Senhora da Conceição (fig.24). As alunas asiladas durante esse ano foram: Ana Abelho, Maria Margarida Pires, Ângela Salgueiro, Maria da Conceição, Tomásia Bastos, Francisca Nunes, Anastácia, Maximiana, Joaquina Antónia Caldeira, Ana Joaquina, Brigida, Maria da Conceição, Beatriz de Jesus, Delfina da Conceição e Ana Rosa. Tinham entre 6 e 9 anos de idade. Tal como em outras instituições similares, também frequentavam este asilo alunas externas 63. No ano económico seguinte (1874-1875) entraram mais quatro crianças, cada uma dos concelhos de Elvas, Campo Maior, Marvão e Portalegre. Note-se que existia, pelo menos desde 1861, um Asilo da Infância Desvalida da Cidade de Elvas. No entanto, este era destinado a crianças de ambos os sexos64.

Em 1876-1877 o asilo de Portalegre albergava apenas 26 crianças, alegando-se a falta de meios para o seu desenvolvimento, apesar dos inúmeros sócios e donativos. Entre os sócios permanentes constava o Barão de Castelo de Paiva, importante benemérito do Porto, o qual legou ao asilo 1.000\$000, com usufruto após o seu falecimento. Porém, muitos outros foram os beneméritos que também contribuíram para o bom funcionamento deste asilo65. Repare-se no curioso facto de, em Janeiro de 1875, a administração ter suspenso a aula destinada às alunas externas "com o intuito de melhor aproveitamento das asiladas". Outro facto digno de nota é que as asiladas eram admitidas por concurso. Em 1877, a direcção do asilo pretendia promover um bazar com o fim de angariar fundos para a "compra ou construcção" de uma casa própria para instalar o asilo66.

O Asilo Montemorense de Infância Desvalida 67

O Asilo Montemorense de Infância Desvalida foi fundado precisamente nesta época, debaixo de princípios semelhantes. O espaço escolhido foi, como é sabido, o Convento de Nossa Senhora da Saudação. De facto, com a extinção das ordens religiosas, em 1834, o referido convento funcionou somente até à morte da última freira (1876) passando definitivamente à posse da Fazenda Nacional.

Segundo o Padre João Joaquim de Sousa Romeiras - que esteve envolvido em todo o processo - em 1874 fermentava a ideia de instalar em Montemor-o-Novo um asilo

para a infância desvalida (fig.25). A última freira do Convento de Nossa Senhora da Saudação (Maria Paula de Santa Rita Velez) havia mesmo sido "procurada por alguns «cavalheiros d'esta villa, e que faziam parte da Meza da confraria do Santissimo erecta na Matriz, afim de dar licença para que no Mosteiro fossem recolhidas algumas meninas pobres»". Os ditos cavalheiros obtiveram o seu consentimento e a mesma freira declarou que "«seria uma suprema consolação o finar-se sabendo que a casa (...) não ficaria por sua morte ao abandono»".

Porém, foi apenas em 1876 que os promotores desta ideia reuniram-se e optaram por instalar um asilo no extinto Convento de Nossa Senhora da Saudação, em detrimento do Recolhimento de Nossa Senhora da Luz, junto ao Rossio (que tinha sido cedido à Misericórdia)⁶⁸. Este asilo foi efectivamente inaugurado em 2 de Julho de 1876, com cinco meninas, prevendo-se três modalidades de frequência: internato, semi-internato e externato, pagando estas últimas uma mensalidade que revertia para a receita do asilo⁶⁹.

Note-se que o Asilo Montemorense de Infância Desvalida foi fundado dentro da cerca medieval de uma vila alta, então já despovoada, tal como sucedera em Ourém, razão pela qual a ocupação e adaptação de um edifício religioso anterior foi facilitada.

A adaptação do convento ao Asilo Montemorense de Infância Desvalida e o papel de Joaquim José Faisca

Dois dos argumentos invocados para a escolha do Convento de Nossa Senhora da Saudação foram os bons ares do castelo e a abundância de espaço, o que viria a ser confirmado mais tarde: "as crianças ali abrigadas gozavam óptima saúde e até então não haviam sofrido o mais leve incomodo. Isto era devido, na opinião de pessoas competentes; à pureza do ar que ali se respira, ao magnifico e esplêndido panorama que dali se desfruta. Onde poderiam as beneméritas direcções encontrar um edificio em condições tão raras e apreciáveis?". Porém, após a instalação do asilo foram necessárias obras de adaptação às novas funções e também de conservação.

Uma das obras de adaptação foi o novo refeitório para as asiladas, obra que data de finais da década de 1880, reformulando-se completamente o espaço do velho dormitório *do sino* ou *do Nascimento*, o qual deitava para o antigo pátio das noviças. O refeitório media 14,8 metros de comprimento; 6,85 metros de largura e 5 metros de altura. Tinha 4 portadas para o antigo pátio das noviças, as quais foram guarnecidas com grades de ferro fundido de balaústres com folhagens e roseta central (de um tipo muito comum em Portugal no último quartel do século XIX, certamente vindas de alguma fundição de Lisboa). Tinha ainda 4 portas para a varanda do claustro e era "uma casa magnífica".



Fig. 25



Fig. 26 - Refeitório do Asilo Montemorense de Infância Desvalida (foto de Ana Margarida Portela).

O tecto era de fasquiado, o pavimento de mosaico e as paredes estavam revestidas de azulejo oitocentista até à altura de um metro. Logo à entrada, da parte de dentro, ainda existem uns dísticos em azulejo, apropriados ao bom comportamento à mesa, bem como inscrições no mesmo material aludindo aos principais benfeitores e recordando as obrigações a cumprir por parte do asilo, devido aos legados. Num deles pode-se ler a inscrição: "*Comerás o pão com o suor do teu rosto*" (Génesis). Ao fundo ainda se mantém um lavatório de mármore com rodapé de azulejos policromos seiscentistas, e por cima dele, também em azulejo, a seguinte quadra: "*Antes da refeição as mãos lavaremos. A Deus do coração mil graças daremos*". De cada lado do lavatório havia uma porta que dava entrada para as copas, onde se arrecadavam louças, talheres e toalhas de mesa, etc. (fig.26). Finalmente, uma outra tabela azulejar alude ao benfeitor Joaquim José Faisca e sabe-se que foi colocada ali antes de 1909, pois a sua data de morte (20 de Março de 1909) foi acrescentada posteriormente (fig.27).

Alguns notáveis locais foram importantes na criação do Asilo Montemorense de Infância Desvalida, tais como Rodrigo de Vila Lobos de Melo Fragoso, Francisco de Sousa Barreto (então Administrador do Concelho) - a quem o Padre Romeiras atribui a fundação do asilo e Joaquim Maria Mecejana.

Porém, desde início, destacou-se como promotor da instituição o abastado Joaquim José Faisca (fig. 28), que foi sempre membro da direcção e que tinha "*ultimamente consagrado a sua actividade, a sua vida, a sua existencia à sustentação e prosperidade*" do asilo, tendo feito o donativo de dois contos de réis em inscrições, com reserva do usufruto enquanto vivesse. Enquanto foi vivo, fez inúmeros donativos, em dinheiro e, sobretudo, em géneros e objectos.

Joaquim José Faisca era um homem genuinamente bom e não um vaidoso que exercia a caridade apenas para obter outro tipo de benesses. Foram a sua capacidade de empreendimento e gestão e a sua benemerência que permitiram a Joaquim José Faisca integrar a "*Galeria biographica contemporânea*", no que terá sido a única figura de Montemor-o-Novo que logrou consegui-lo. Joaquim José Faisca nasceu em Montemor-o-Novo em 1824, sendo filho de pais pobres. Recebeu apenas uma educação rudimentar, vendo-se forçado a estabelecer-se como barbeiro. Apesar de retirar poucos rendimentos desta profissão, ainda conseguiu financiar a educação religiosa do seu irmão, o Padre João de Deus Augusto Faisca (f. 2 de Janeiro de 1881). Posteriormente, Joaquim José Faisca estabeleceu-se com uma loja de ferragens em Montemor-o-Novo, tendo o seu nome começado a ganhar fama pela probidade e carácter que demonstrava. Tal facto viria a permitir-lhe ocupar vários cargos em diversas instituições da vila, sobretudo como Tesoureiro, já que era um bom gestor.

A grande dedicação de Joaquim José Faisca ao Asilo Montemorense de Infância

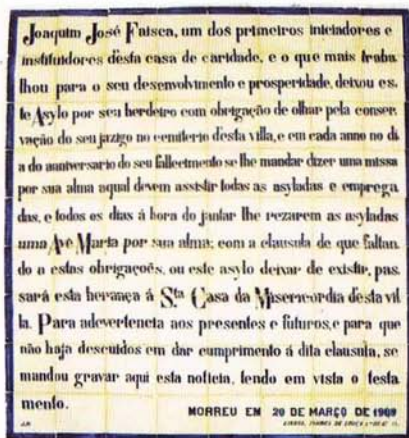


Fig. 27

Desvalida poderá ter derivado, não só do seu carácter religioso e bondoso, mas também do facto das suas duas filhas terem falecido ainda jovens: Sara Augusta Faisca (em 1862) e Noeme Maria Faisca (em 1871). Tais asserções podem ser comprovadas pelo monumento sepulcral que Joaquim José Faisca e sua mulher mandaram erigir no Cemitério de Montemor-o-Novo⁷⁰. Numa das paredes laterais do monumento existe um painel de azulejos, certamente produção da mesma fábrica que executou os do refeitório do asilo, onde se lê que a sua conservação ficava a cargo do Asilo de Infância Desvalida. Infelizmente, o asilo deixou de existir e este monumento sepulcral único no país está hoje ao abandono.

Os painéis azulejares do refeitório do asilo, de composição simplicíssima e meramente informativos, possuem uma epigrafe reveladora: "*J.P. - Lisboa, Fábrica de Louça, Largo do Intendente, 13*". Trata-se, certamente, da célebre Fábrica Viúva Lamego. Contudo, em várias partes do antigo asilo é notória a mistura propositada dos azulejos oitocentistas com azulejos antigos, não havendo uma verdadeira uniformidade. No piso superior do claustro, entre a entrada do asilo e o corredor de acesso ao novo refeitório, o mosaico do pavimento apresenta vários padrões, notando-se claramente que foram utilizadas sobras de mosaico, talvez de alguma obra particular, cedidas ao asilo e aproveitadas para aplicação na superfície possível. Este indício de utilização de sobras nota-se também na nova cozinha, que foi instalada no piso imediatamente superior em relação à cozinha quinhentista e que comunica por uma escada com a despensa do asilo (antigo refeitório), situada no andar inferior. Surge-nos aqui uma mistura de vários tipos de azulejo oitocentista, diferentes dos utilizados no refeitório, mas com algumas cercaduras em comum. Aliás, também no novo refeitório é evidente a utilização de sobras, pois um padrão de mosaico existente ao centro da sala não chega até ao fundo. Alguém terá aplicado essas sobras de mosaico e azulejo aos espaços que considerou mais importantes no asilo, procurando alguma simetria nas composições. É pois muito provável que esta opção económica tenha sido da responsabilidade de Joaquim José Faisca, o grande impulsionador do asilo e seu tesoureiro.

É claro que o asilo contou também com inúmeras ofertas em dinheiro, em géneros alimentares e em objectos (de gente de Montemor-o-Novo e redondezas), bem como com a atenção dos governadores civis do distrito⁷¹, do pessoal do Governo Civil e mesmo com a protecção de várias pessoas de fora, do próprio Dr. João de Deus e a sua filha Maria Isabel Ramos. O primeiro havia ensinado a uma aluna do asilo o seu novo método de leitura, em sua casa e gratuitamente. A segunda, "*esmerou-se em ensinar a essa alumna muitas prendas próprias do seu sexo, e de que aquella não tinha noções algumas*".

Uma das características mais interessantes do Asilo Montemorense de Infância Desvalida foi precisamente o ter acompanhado a implementação de novos métodos pedagógicos em Portugal, seguindo de perto o que começavam a fazer algumas



Fig. 28 - Joaquim José Faisca



Fig. 29 – Lisboa: Escola Froebel (estampa da “Revista Illustrada”, finais do século XIX).

instituições de ensino de Lisboa e do Porto. Com o fim de sustentar e educar meninas pobres e desamparadas, o programa educativo do Asilo Montemorense de Infância Desvalida contemplava elementos de doutrina cristã, ler, escrever, aritmética, história, gramática e trabalhos e prendas próprias para o sexo feminino e para uma mãe de família, nomeadamente: cozinhar, costurar, fazer renda e bordar⁷². Era, portanto, uma educação voltada para o lar e para a vida conjugal, não se investindo propriamente num ensino mais *académico*. Contudo, à época do relato do Padre Romeiras (1889) tratava-se do estabelecimento de uma aula para o ensino pelo método Froebel, estando já designada uma aluna distinta para aprender este método.

Friedrich Froebel (1782-1852) pedagogo alemão, foi o fundador do primeiro *jardim de infância*, para crianças dos 3 aos 9 anos. Aí, privilegiavam-se as condições naturais de desenvolvimento das crianças através de uma educação conduzida pelo jogo, mediante brinquedos educativos. As suas concepções tiveram suma importância na pedagogia da criança e na constituição de um ensino pré-primário⁷³.

Apenas cinco anos após a morte de Froebel, já Luís Filipe Leite advogava a transformação dos asilos da infância desvalida em jardins de infância, considerando a compatibilidade do sistema Froebel com o método Castilho de iniciação à leitura que se empregava nos ditos asilos. Apesar desta extemporânea posição, só a partir de 1875 começam a surgir referências mais explícitas e insistentes a Froebel na literatura consagrada em Portugal à educação infantil⁷⁴ e só em 1879 Rodrigues de Freitas propôs no Parlamento a fundação de instituições daquele tipo.

A primeira instituição de ensino em Portugal baseada no sistema Froebel terá sido criada no Porto de forma particular, por Augusto Gustavo de Almeida⁷⁵. Tratava-se do Colégio Pestalozzi e Escola Froebel, o qual - pelo seu carácter de novidade - foi mesmo visitado pelo Rei pouco tempo após a sua fundação. Em 1882, o director do colégio deslocou-se a Lisboa de modo a agradecer essa visita real espontânea. Na altura, o Ministro do Reino manifestou-lhe a intenção de instalar dois jardins de infância desse sistema, em Lisboa e no Porto. Foi precisamente nesse ano de 1882 que se fundou em Lisboa o primeiro jardim de infância inspirado nas concepções de Froebel, no Jardim da Estrela (fig.29). A iniciativa era da Câmara Municipal e previa-se que fosse alargada a todos os bairros, mas tal não teve seguimento⁷⁶.

Em Novembro de 1882, o Secretário do Ministro do Reino foi ao Porto para propor a Augusto Gustavo de Almeida que se deslocasse ao estrangeiro (nomeadamente, a Madrid) de forma a estudar a melhor forma de institucionalizar este método de ensino em Portugal. O Secretário do Ministro ficou agradado com a forma como o Colégio Pestalozzi funcionava, assim como com o seu museu. Nessa altura, o pioneiro colégio portuense albergava 80 crianças de ambos os sexos, 20 das quais tinham sido admitidas gratuitamente como externas, de forma a comemorar a visita real. Foram na altura medidas a estas crianças a altura e as suas forças (com um

dinamómetro), para que se avaliassem os resultados dos exercícios ginásticos passado um ano. Refira-se que, em finais de 1882, este colégio portuense instalou-se num edifício próprio, na Rua da Alegria (fig.30), anunciando na imprensa a possibilidade de admissão de 160 crianças⁷⁷.

Por tudo isto, o Asilo Montemorense de Infância Desvalida esteve relativamente à frente no seu tempo, se tivermos em conta que era um asilo da província. Por altura do relato do Padre Romeiras também se tratava de arranjar outra sala para exposição permanente dos objectos de arte e produtos da indústria de que o asilo tinha feito aquisição. Supomos que se tratasse de um museu que existia, pelo menos, desde o ano económico de 1888-1889, ano em que foi ofertado um prato de louça bordado (fig.31).

Mais uma vez, supomos que Joaquim José Faisca tenha sido o principal responsável por este espírito modernizador do ensino feminino. De tal forma Joaquim José Faisca era entusiasta das formas modernas de instrução que o teatro infantil do asilo, já fundado antes de 1889, foi construído a suas expensas. Note-se que, já em 1875, Joaquim José Faisca foi um dos representantes da empresa construtora do teatro que se pretendia estabelecer em Montemor-o-Novo, num casarão do Terreiro de S. João de Deus. A caixa do teatro infantil tinha de fundo 4,10 metros. Era também denominado a "casa do recreio" e media 18,25 metros de comprimento por 6,75 metros de largura, com 5,50 metros de altura. Tinha 5 janelas para "um pátio que há de ser arborizado". À época do relato do Padre Romeiras, a direcção do asilo pretendia ainda fundar uma sala de ginástica.



Fig. 31 - Museu do Asilo Montemorense de Infância Desvalida (foto do primeiro quartel do século XX).

COLLEGIO PESTALOZZI

JARDIM E ESCHOLA FROEBEL

DIRIGIDO POR AUGUSTO GUSTAVO DE ALMEIDA

RUA DA ALEGRIA, 348 A 332—PORTO

ESTE estabelecimento de educação, trasladado para um novo local que reúne as condições essenciais e indispensáveis que não tinha o predio onde primitivamente se abriu, offerece-se á sensata consideração public, com garantias importantes para as familias. Está aberta a matricula de 160 alumnos para o primeiro collegio ou «jardim de infancia», lacuna da educação infantil que ficará perfectamente preenchida no Porto.

O director é auxiliado, além da sub-directora, por duas jardineiras e por um grupo de senhoras que foram discipulas do director.

Nas diversas classes admittem-se alumnos internos, semi-internos e externos. Os programmas com todas as condições e especialidades acham-se no mesmo collegio.

(3202 *)

Fig. 30

Redigidos em 1876 e aprovados no ano seguinte, já os estatutos tinham determinados pontos considerados originais, relativamente a outras instituições similares. Um desses pontos fixava a idade limite de 16 anos para a permanência no asilo. No entanto, estando a aluna em *"estado absoluto de dezamparo (...) conservar-se-ha no Asylo até aos vinte e cinco, empregando-se em trabalhos uteis para o Asylo, os quaes lhe serão determinados e remunerados pelo regulamento interno"*. Este item era considerado como uma *"abençoada precaução"* pois não ia *"para a rua publica sem amparo a pobre rapariga em idade tão nova, e de tantos perigos, e sem ter a prudencia necessaria para poder fugir-lhes"*. Até 1889, data da redacção da história sumária da fundação do asilo de Montemor-o-Novo, nenhuma das direcções havia permitido a saída de asiladas *"que não sejam entregues a parentes que as reclamem, ou a familias de reconhecida honestidade"*. Um outro ponto também inovador, era aquele que estipulava a atribuição de dotes às asiladas dos excedentes do rendimento do asilo, no caso de existirem, assim como a passagem de um diploma às alunas para servir como carta de recomendação⁷⁸.

Desde o dia da sua instituição até à época do relato do Padre Romeiras tinham sido admitidas como alunas internas 47 crianças; 73 tinham frequentado as suas aulas como alunas externas. Em 1889, o asilo tinha 19 alunas internas e era frequentado por 34 externas.

Deve notar-se que só em 1883 começaram a ser admitidas no Asilo alunas externas e que muitas destas, estando habilitadas para fazer exame, o não fizeram por suas famílias não quererem. A falta de recursos obstou a que logo no começo do Asilo se pudessem fazer maiores despesas com ordenados à regente e professora. Por isso, foram estes cargos exercidos cumulativamente na instalação do asilo por Maria Vitória da Silva Teixeira. Saindo esta senhora do asilo, foi substituída por Maria José Alfar como regente, e por Margarida Ronquilha como professora. Falecendo aquela senhora foram encarregadas da direcção deste pio estabelecimento as Irmãs da Caridade, às quais se seguiram como regente Petronila Perpétua Rosa Ferreira e, como professora, Francisca Emília Rosa Ferreira, substituída mais tarde por Mariana Emília Pestana e Palmira Cândida de Campos. Em 1889, era regente do asilo Margarida Vitória da Palma e professoras Maria dos Prazeres, ex-aluna do asilo de Braga, e Custódia Maria Barroso, *filha* deste asilo de Montemor-o-Novo. Havia também duas ajudantes, ex-alunas do asilo: Benvinda de Jesus e Maria da Silva.

Todas as direcções do asilo, em harmonia com os seus recursos, desde sempre se tinham empenhado em dotá-lo com regentes e professoras competentes. Os resultados eram disso prova, pois as alunas do asilo de Montemor-o-Novo obtinham das melhores classificações. À data da redacção da história deste asilo, em 1889, os lugares de regente e professoras estavam confiados *"a pessoas muito dignas, e muito competentes, e por isso é de esperar que o número de alunas externas aumente"*. A direcção de então ia arranjar uma nova mestra para exclusivamente ensinar a

costura pois, se o trabalho fosse repartido, as professoras poderiam dedicar mais tempo ao ensino das crianças.

O Convento de Nossa Senhora da Saudação era muito espaçoso, de modo que facilitava a adaptação de espaços para comodidade das asiladas. Porém, foram necessárias muitas obras de adaptação. As obras mais relevantes decorreram em 1882 e 1883, financiadas pelos rendimentos crescentes do asilo através de juros de fundos públicos, tendo nessa época o asilo recebido a quantia de 366\$000, acrescentada do importante legado de 500\$000 que o Barão de Castelo de Paiva tinha deixado aos vários asilos do país (fig. 32) e do próprio legado de dois contos de réis em inscrições feito por Joaquim José Faisca. Estas foram "obras de grande transformação" no interior, nas quais já se havia gasto a quantia de 5.833\$911, à época do relato do Padre Romeiras.

A escada de ligação entre a sala que servia de vestibulo à despensa do asilo (antigo refeitório quinhentista, no rés-do-chão) e a parte da cozinha oitocentista terá sido provavelmente rasgada aquando destas obras de adaptação a asilo, pois interrompeu a abóbada da dita sala. A despensa do asilo media 15,55 metros de comprimento por 6,50 metros de largura e 5,35 metros de altura. Constituída por quatro colunas da época do refeitório das freiras, e nas quais se apoia a abóbada, recebia luz por uma grande janela. Os vãos dos tímpanos estavam revestidos por pinturas seiscentistas a fresco alusivas à vida de Maria e Jesus. Segundo o Padre Romeiras, "das antigas pinturas que a decoravam apenas foram deixadas as que estavam em sofrível estado de conservação, as do fundo em dois painéis, representando um o Nascimento de Jesus Cristo, e outro a Coroação da Virgem".

A um canto do refeitório quinhentista existia o púlpito de pedra, que foi dali retirado e aproveitado para a construção de uma chaminé no salão do teatro, no piso imediatamente acima. A chaminé foi reformada em 1945, conforme data no exterior, e desenvolve-se entre dois contrafortes de granito quinhentistas. O salão que fica imediatamente acima do antigo refeitório foi muito alterado pelos promotores do asilo aquando da passagem a teatro, tendo as várias janelas viradas a norte sido entaipadas e substituídas apenas por duas, muito mais elevadas (fig.33).

Para além dos compartimentos já mencionados, ainda existiam os seguintes:

A sala onde se situava a escola, que era "um bom salão, abundante de luz, bem ventilado, e onde foram observadas as mais importantes prescrições da higiene escolar". Tinha 15 metros de comprimento; 6,65 metros de largura e 5,07 metros de altura. Era mobilada por 52 carteiras e bancos do "sistema Le Noir". No cimo da sala havia o estrado da professora com uma mesa, e "uma soberba cadeira do estilo L. XV". As paredes eram ornadas com litografias coloridas, representando temas do Velho e Novo Testamento, mapas e outras gravuras "apropriadas". De um dos lados do lugar da professora, "em duas elegantes caixas de madeira, estão tabelas do



Fig. 32



Fig. 33 - Ala onde se instalou o teatro do Asilo Montemorense de Infância Desvalida, podendo ver-se que várias janelas foram entaipadas (foto de Ana Margarida Portela).



Fig. 34 - Perspectiva da janela-mirante da ala norte do Convento de Nossa Senhora da Saudação (foto de Ana Margarida Portela).

método de João de Deus". Próxima à sala de aula ficava a sala dos cabides, onde as alunas externas e semi-internas podiam deixar os chapéus, guarda-chuva, xales, etc.

O compartimento destinado à costura era "uma bonita sala" tendo de comprimento 12,40 metros; 6,65 metros de largura e 5,70 metros de altura. Recebia "a luz principal por uma grande janela de onde se avista um soberbo panorama: à extremidade da vila os campos da freguesia de S. Mateus (...). Mais além surgem os vistosos arvoredos da freguesia de S. Tiago do Escourial (...). É uma beleza aquela janella, e realmente mais encantador ainda é, entrar na sala, como uma das vezes me succedeu, ao cair da tarde, inesperadamente, e achar dezeseis meninas sentadas, costurando e aspirando a plenos pulmões aquelle ar puro e vivificante, e illuminadas pelos ultimos clarões suaves do crepusculo vespertino". Aliás, também "um dos visitantes do asilo chegando à janela da casa de costura do asilo, (...) ficou surpreendido ante o soberbo panorama que se deparou a seus olhos" (fig.34).

Esta sala tinha no centro "uma grande mesa para talhar as obras de costura, nas paredes diferentes quadros, e no topo, em lugar sobranceiro, Santa Rosa de Lima ensinando uma menina a coser. Houve na escolha de todos os quadros um cuidado, um «savoir faire», um escrúpulo e naturalidade muito para especializar".

A sala seguinte ficava situada ao norte da sala da escola, "igualmente elegante, clara e arejada". Tinha de comprimento 13,90 metros; de largura 6,65 metros e de altura 5,70 metros. Servia de sala de exposição, biblioteca escolar e também era usada para as sessões da direcção. Tinha diversas vitrines e armários onde estavam expostas as obras de costura, os trabalhos feitos pelas asiladas e os livros, muitos deles oferecidos. A casa do arquivo, das rouparias e a que se destinava a arrecadar os trabalhos feitos no asilo estavam em óptimas condições. Duas estantes grandes para o arquivo e biblioteca haviam sido adquiridas no ano económico de 1884-1885. A direcção tencionava ainda reconstruir uma grande casa para sala de exposições, a qual - depois de lhe serem feitas as necessárias reparações - ficaria uma das melhores e mais vastas do edificio.

No topo de um dos salões existiam diversos quadros: "um belo quadro a óleo que representa S. José, Nossa Senhora e o Menino Jesus, trabalhando cada um deles em seu mister"; "um retrato antigo, a óleo da beata Catarina do Nascimento, uma das fundadoras do recolhimento de Nossa Senhora da Luz, vulgarmente chamado convento das Beatas"; "a terceira tela à direita é o retrato de S. João de Deus tirado em Espanha em vida daquele bondosissimo varão exemplo de caridade para com seu próximo". Além destes quadros, estava esta sala ornada com muitas litografias e gravuras emolduradas, contendo retratos de "senhoras distintissimas": Maria José Canuto, Guiomar F. Torrezão, entre outras e homens "distintos": João de Deus, Leitão, os célebres exploradores Capelo e Ivens, muitos dos reis portugueses ("talvez a galeria mais completa") e guerreiros portugueses. O asilo possuía ainda "a

colecção Deirole completa" e outros quadros. Todas estas salas ocupavam o espaço da antiga enfermaria das religiosas.

No mesmo pavimento, à direita desta última sala, ficava o dormitório das asiladas. Tinha 16,62 metros de comprimento por 7,22 metros de largura e 5,60 metros de altura, com o total de 6 janelas (3 de cada lado). Tratava-se de um largo salão bem ventilado, implantado no que tinha sido o dormitório novo das freiras. Ao fundo do dormitório situavam-se os quartos da regente e da professora. Próxima do dormitório ficava a casa dos serões, com 5 janelas para o campo.

Antes de chegar a este dormitório e quase à entrada, à esquerda, num quarto pequeno e bem iluminado, ficava a botica, isto é: *"um fornecimento de drogas e simples mais usuais, e que constituem por assim dizer a farmácia do convento, para acudir aos acidentes fáceis que entre aquela população infantil se podem dar, e que devem ser atendidos logo, visto ficar um pouco distante da vila"*. No topo de uma das vitrines estava o retrato do *"nosso grande botânico Brotero"*.

A direcção do asilo providenciou ainda uma pequena capela, onde as asiladas iam fazer a sua oração. Nesse local haviam sido os aposentos da última freira do convento. A construção da mesma capela foi feita com esmolas, como nos lembra a seguinte quadra, impressa em azulejo, no próprio local: *"Em modesta capelinha por esmolas construída erguerá a criancinha uma prece, agradecida"*. Ai existiam quadros e imagens de *"algum valor artístico; os altares estão adornados com ramos de flores feitos pelas asiladas, suspensas das paredes vêem-se a tabella dos dias em que no asylo se fazem suffragios por alma dos bemfeitores fallecidos, e as orações que as asiladas todos os dias recitam"*. Todos os dias, antes de irem dormir, as asiladas *"rogam à virgem (...) para que conceda aos bemfeitores d'aquella casa de caridade os seus dons e beneficios"*. De certa maneira, as crianças tinham agora a mesma missão de rezar pelos benfeitores que tiveram as freiras até à extinção das suas comunidades religiosas.

Porém, não foram apenas os interiores objecto de adaptação a asilo. Como já foi referido em trabalho nosso anterior⁷⁹, o actual portal de acesso ao convento (nova portaria) foi rasgado por esta altura, para dar comunicação mais fácil para o asilo. Este novo portal foi colocado ao centro do corpo principal do antigo convento e serviu para, finalmente, marcar a axialidade da fachada e da praça do terreiro. O portal exterior da nova portaria é em arco de volta perfeita e fica na linha do campanário. Este campanário possui no reboco a seguinte epigrafe: *A.M.I.D. (Asilo Montemorense de Infância Desvalida) 1883*⁸⁰. Entre o portal e o campanário foram desenhados no reboco dois capitéis com parte de fuste canelado, simulando um pórtico. A porta do asilo também possui as iniciais *A.M.I.D.* e a bandeira, de ferro forjado, data de 1896, provando que as obras de adaptação a asilo decorreram também no final da década de 1880 e na década de 1890.



Fig. 35 - O fundador do asilo de cegos de Castelo de Vide.

À época do relato do Padre Romeiras, faltava compor e cair algumas paredes exteriores. A direcção tencionava ainda abrir na muralha, que cercava a antiga vila, um caminho que tornasse mais fácil o acesso ao asilo, desaterrando o recinto entre as duas partes do edifício que se prolongam até à muralha e construindo uma escada em frente da Rua de S. Vicente (a uma cota inferior). Com esta obra, que supomos não ter sido totalmente concretizada, esperava a direcção do asilo obter um *"agradavel passeio, terraplanando e arborisando o fosso que fica em frente da rua da calçada"*.

A importância das obras de adaptação do convento a asilo *"só a poderá avaliar quem viu este edificio prestes a desabar e hoje o contempla completamente transformado"*. Foi mesmo *"um grande serviço prestado a esta villa (...) Evitou-se que elle se sepultasse nas suas proprias ruinas, deu-se, e continuar-se-ha a dar trabalho aos operarios, que nem sempre tem onde ganhar um bocado de pão"*.

O Asilo do Espírito Santo de Castelo de Vide

Compare-se agora o caso de Montemor-o-Novo com o de Castelo de Vide, já mais tardio. Este último surgiu sobretudo pela iniciativa de José de Almeida Sarzedas. José de Almeida Sarzedas era natural de Castelo de Vide, filho de Miguel de Almeida Sarzedas e de Maria da Encarnação Almeida. A fortuna que conseguiu adveio sobretudo do seu trabalho como lavrador e comerciante, apesar da sua mulher, Maria José da Rosa, ser abastada, pois descendia de uma das mais distintas famílias de Portalegre. Era seu pai Álvaro José da Rosa, capitão de ordenanças, negociante e grande lavrador⁸¹.

No seu trabalho, José de Almeida Sarzedas percorria as feiras e cidades de Portugal e Espanha comprando e vendendo artefactos⁸². De tal maneira trabalhava que a população comentava *"mas para que trabalha assim este homem, para que quererá enriquecer mais, sem ter herdeiros forçados?"*. De facto, as suas duas filhas faleceram muito jovens⁸³. Trata-se, pois, de um caso muito semelhante ao de Joaquim José Faisca.

No fim da sua vida, José de Almeida Sarzedas foi perdendo as forças, devido a uma bronquite e pelo facto de já estar praticamente cego, acabando por falecer em 27 de Maio de 1878⁸⁴. Maria José da Rosa e Almeida viria a falecer em 27 de Junho de 1887⁸⁵.

Segundo nos relata Carrilho Videira na sua obra *"A deturpação d'um pensamento civilizador"*, de 1887, o próprio e Teófilo Braga haviam incutido em José de Almeida Sarzedas, amigo e parente do primeiro, a ideia da fundação de um estabelecimento pío *"completamente novo em Portugal. (...) moderno, humanitario e civilizador, que servisse de modelo a outros argentarios"*⁸⁶. Para isso, deram-lhe o exemplo de como



Fig. 36 - Jazigo-capela de José de Almeida Sarzedas, no cemitério de Castelo de Vide, podendo ver-se no topo as alegorias da Fé, Esperança e Caridade (foto de Francisco Queiroz).

um simples ferreiro - João Baptista Godin - havia alcançado grande fortuna e, em 1859, instituiu uma organização do tipo "familistério" junto das suas oficinas de fundição. Nesse tipo de organização, a acção distributiva da instrução e educação, sob o ponto de vista da moral, da higiene e aperfeiçoamento dos usos e costumes das classes pobres, tornava-se mais rentável pela agremiação das famílias⁸⁷. Enquanto José de Almeida Sarzedas recebia tratamento para a sua cegueira, em Lisboa, o seu médico Van der Lan também lhe falava de instituições similares que existiam na Holanda⁸⁸. Lembramos que já existia em Castelo de Vide o Asilo de Nossa Senhora da Esperança, destinado a cegos (fig.35). Em Castelo de Vide viveram ainda outros beneméritos que legaram em testamento certas quantias para dotes de casamento de órfãs pobres. Entre esses nomes figuram Miguel Martins Roxo, o Capitão António Rodrigues Figueira e Justa Mouzinho⁸⁹.

Desconhece-se que tipo de influência terão tido estes factos em José de Almeida Sarzedas para a criação do asilo em questão⁹⁰. Porém, José de Almeida Sarzedas relata no seu testamento, datado de 3 de Novembro de 1876, que ele e sua mulher desejavam instituir e fundar "um asylo ou casa d'educação das classes pobres" ⁹¹.

Em concordância com o seu marido, Maria José da Rosa e Almeida deixa escrito no seu testamento, de 10 de Março de 1885, que constituía "por herdeiro um asylo ou casa de beneficencia, que, como sempre foi vontade minha e de meu marido, quero fundar e dotar, destinada ao recolhimento e educação de orphãos menores pobres e infancia desvalida de ambos os sexos, se as forças da minha herança o comportarem ou só do sexo feminino, como mais desfavorecido da natureza" ⁹². Para esta instituição, José de Almeida Sarzedas e Maria José da Rosa e Almeida legaram toda a sua fortuna, avaliada em mais de 150.000\$000 (fig.36)⁹³.

Coube a José Pedro Barata executar as disposições testamentárias de Maria José da Rosa e Almeida. Agricultor e administrador de uma herdade do abastado proprietário José Reis Pimentel em Póvoa e Meadas, José Pedro Barata foi coadjuvado pelo conselheiro António Xavier Perestrelo Corte Real, então Governador Civil do Distrito de Portalegre⁹⁴. Foram os estatutos e regulamento interno do asilo escritos pelo primeiro (fig.37)⁹⁵.

Durante a sua gerência, José Pedro Barata conseguiu obter do Ministério da Guerra a cedência de parte da muralha e o terreno ocupado pelo Arco de Aramenha, a meio da muralha junto à Igreja do Calvário, medindo um total de 2.400 metros quadrados. Como se pode constatar, mesmo não aproveitando um convento extinto, este asilo em Castelo de Vide servir-se-ia de terreno público. Em Portugal (e no resto da Europa), o desmantelamento de muralhas abaluartadas foi frequentemente aproveitado para a edificação de edifícios de utilidade pública, alamedas e jardins. Foi o que sucedeu em Monção (estação de caminho de ferro), em Chaves (jardim público) e em Castelo de Vide (fig.38). Por parte da Câmara Municipal de Castelo de



Fig. 37



Fig. 38 - Detalhe de uma planta actual de Castelo de Vide, vendo-se os dois asilos, assim como os alinhamentos ainda subsistentes dos baluartes (a laranja) e os jardins (a verde).

Vide, José Pedro Barata obteve ainda licença para desviar os caminhos do Outeiro da Forca e do Calvário⁹⁶.

José Pedro Barata comprou também alguns olivais a Rosalina do Carmo Gabado Bugalho e ao Padre José Ferreira Franco, a fim de alargar a cerca ou quintal do asilo⁹⁷. Tratou, por fim, da venda da maior parte dos bens do casal benemérito e obteve, através da Mesa Administrativa da Misericórdia, a cedência gratuita e provisória do edifício da Rua de Santo Amaro anexo à igreja da mesma invocação, um edifício onde se iria instalar o asilo. Foi este edifício reparado e melhorado por José Pedro Barata para comportar tal instalação⁹⁸.

Posto que já havia edifício, José Pedro Barata nomeou a primeira direcção, composta pelos padres Serafim Pedro de Carvalho e Sequeira, Álvaro Augusto de Paiva Godinho e Francisco Pereira de Almeida, como efectivos. Para substitutos, elegeu Joaquim Pinto de Sequeira Costa, Eduardo de Almeida Freixedas e Pedro Manuel Durão⁹⁹. Em 28 de Janeiro de 1894 esta direcção tomou posse, recebendo de José Pedro Barata a quantia de 3.609\$105 e um certificado da Caixa Geral dos Depósitos no valor de 78.032\$370, como produto da venda judicial de prédios do casal benemérito¹⁰⁰. Ainda a direcção tinha apenas um mês e meio de gerência, quando, em 16 de Abril de 1894, deram entrada 15 meninas no edifício cedido pela Misericórdia. Entretanto, o novo edifício para a instalação do asilo ia sendo projectado pelo condutor de obras públicas Joaquim Maria Garcez. A obra foi adjudicada pela quantia de 15.999\$000 réis a um empreiteiro de Lisboa - António Ribeiro, tendo este contratado "*os melhores artistas de Castello de Vide*". Os trabalhos tiveram início em 11 de Maio de 1895 e terminaram em 5 de Outubro de 1896¹⁰¹.

A inauguração da instituição tinha sido a 13 de Maio de 1894¹⁰². Para os festejos, foram reunidas várias filarmónicas e fanfarras, ornadas as ruas e praças da vila e feita uma celebração religiosa na Igreja de Santa Maria da Devesa, à qual compareceram as asiladas. Estas foram acompanhadas desde o asilo até à igreja pela sua regente, Francisca Rosa Pastor, por todos os membros da direcção, por José Pedro Barata, pelo Administrador do Concelho, pela comissão dos festejos, pelo Provedor da Misericórdia, pelo Presidente da Câmara, pelo Juiz de Paz, por um grande número de meninas da "*«élite» castello-vidense*", filarmónicas e grande concurso de população. A mais velha das asiladas, Maria Ana Sequeira, conduzia um pendão franjado a ouro, ostentando no centro a imagem do Espírito Santo bordada a prata, símbolo do asilo.

Houve, inclusive, um cortejo cívico, no qual cada uma das asiladas ia acompanhada por duas senhoras solteiras. Nesse cortejo participaram um piquete de cavalaria, a direcção do asilo, a fanfarra de cegos, a direcção do Asilo de Nossa Senhora da Esperança e os asilados cegos (*fig.39*), a Santa Casa da Misericórdia, a Venerável



Fig. 39 - O fundador do asilo de cegos de Castelo de Vide, juntamente com os asilados (gravura do século XIX).

Ordem Terceira, várias confrarias de Castelo de Vide, professores de instrução primária e seus alunos, filarmónicas, representantes das artes e ofícios e do comércio, indústria e agricultura, Direcção do Grémio Ilustração Popular, Direcção da Sociedade Recreativa, Direcção da Sociedade Artística, Câmara Municipal, Banda do Regimento n.º 22, convidados etc. Passaram por diversas ruas, recolhendo à Igreja de Santa Maria, de onde seguiu o cortejo para o asilo na Rua de Santo Amaro e aí se procedeu à sua inauguração¹⁰³. À noite também se realizou um arraial na Praça D. Pedro V ¹⁰⁴.

Porém, terminado o "*soberbo e majestoso edifício*" no Largo da Devesa, que ficava fronteiro ao Asilo de Nossa Senhora da Esperança para cegos, havia que benzer a capela e a imagem do Espírito Santo. Esta foi executada por José Soares de Oliveira, escultor com oficina no Porto, a pedido de Francisco Pereira de Almeida, membro da direcção do asilo. Para este efeito, para além das celebrações de carácter profano, realizou-se uma celebração religiosa a 20 de Junho de 1897 na Igreja de Santa Maria¹⁰⁵. Havendo terminado a celebração, foi a imagem colocada na capela do novo asilo, onde ficaria num altar executado por artistas de Castelo de Vide, a saber: João Rodrigues Soares e Francisco Pereira ¹⁰⁶.

O novo edifício do asilo era considerado pelo público que o visitou como tendo "*aceio e bom arranjo; cada objecto no seu mais próprio lugar, cada compartimento*

methodicamente mobilado; tornando opulente o albergue de pobres pela simplicidade e bom arranjo". A regente era Adelaide de Brito, coadjuvada pela professora Irene de Bettencourt ¹⁰⁷.

Conclusão

No último quartel do século XIX, a questão da educação foi assunto muito debatido em Portugal. Nessa época, surgiram cada vez mais escolas das primeiras letras, mesmo em zonas rurais. Contudo, não só estas escolas nem sempre foram iniciativa do Governo, como também não conseguiram abranger as franjas mais desfavorecidas da população. Assim, foram muito comuns nesta época os legados pios destinados à instrução das classes mais pobres e, sobretudo, das crianças do sexo feminino.

Questões motivacionais para a instituição destes "asilos" foram várias, desde as religiosas e de projecção social até às de âmbito familiar. Os espaços físicos e outros aspectos da educação ministrada às meninas dessa época também variaram, mas foi recorrente o uso de edifícios religiosos ao abandono, sobretudo os conventos femininos - porque permaneceram até mais tarde sem terem sido afectos a outras valências urbanas. Esta solução permitiu - em muitos casos - que várias jóias da nossa arquitectura conventual tivessem subsistido até hoje¹⁰⁸. Foi o caso do Convento de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo.

Através da análise destes exemplos de "asilos", com as suas semelhanças e diferenças, contextualizámos um pouco a questão da educação feminina no século XIX. A história dos vários asilos e escolas para o sexo feminino criados em Portugal por esta altura continua, em muitos casos, ainda por fazer.

Notas

1. Conservadora/Restauradora. Mestre em História da Arte em Portugal. Investigadora do CEPESE e investigadora colaboradora do GEHVID (Universidade do Porto). Doutoranda em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e bolsista da FCT.
2. Doutor em História da Arte. Docente de História da Arquitectura e Urbanismo na Escola Superior Artística do Porto. Investigador do CEPESE e investigador colaborador do GEHVID (Universidade do Porto). Consultor em Restauro Urbano Integrado.
3. PORTELA, Ana Margarida / QUEIROZ, Francisco - *Contributos para a História da Arquitectura e do Urbanismo em Montemor-o-Novo, do século XVI ao século XIX. I - O Convento de Nossa Senhora da Saudação. II - O Cemitério de S. Francisco*. Montemor-o-Novo, 2002 (separata de "Almanson", n.º 1, 2ª série).

4. FERNANDES, R. - *História e Filosofia da Educação*. Lisboa, 1978.
5. PEREIRA, Júlio Soares da Rocha - *Noções sumárias de história da instrução popular em Portugal*. Porto, Livraria Nacional e Estrangeira e Livraria e Imprensa Civilização, 1921, p. 52-53.
6. FERNANDES, R. - *História e Filosofia da Educação*.
7. FERNANDES, R. - *História e Filosofia da Educação*.
8. PEREIRA, *Ob. cit.*, p. 52-74.
9. FONSECA, Teresa - *D. Alexandre José Botelho e o município de Montemor-o-Novo. O pensamento e a acção de um fidalgo liberal*. In "Almonsor", 2ª série, n.º 2, p. 203.
10. FERNANDES, R. - *História e Filosofia da Educação*.
11. FERNANDES, R. - *História e Filosofia da Educação*.
12. FONSECA, Teresa - *D. Alexandre José Botelho e o município de Montemor-o-Novo*, p. 203.
13. FONSECA, Teresa - *D. Alexandre José Botelho e o município de Montemor-o-Novo*, p. 203.
14. FONSECA, Teresa - *D. Alexandre José Botelho e o município de Montemor-o-Novo*, p. 205.
15. Embora em 1844 apenas cinco cidades possuíssem liceu. Apesar disso, a vila de Montemor-o-Novo chegou a ter um rudimentar e efémero liceu ainda na primeira metade da década de 1840. FONSECA, Teresa - *D. Alexandre José Botelho e o município de Montemor-o-Novo*, p. 210.
16. PEREIRA, *Ob. cit.*, p. 57-59.
17. PEREIRA, *Ob. cit.*, p. 60-61.
18. O regulamento referente a esta lei data de Setembro de 1902. PEREIRA, *Ob. cit.*, p. 62-63.
19. PEREIRA, *Ob. cit.*, p. 64.
20. FONSECA, Teresa - *D. Alexandre José Botelho e o município de Montemor-o-Novo*, p. 209.
21. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO, Plantas de Casas, L.º 58, fl. 164. Refira-se ainda que algumas das maiores e mais progressivas fábricas portuguesas desta época chegaram a montar pequenas escolas internas para que os seus aprendizes pudessem obter a instrução primária e mesmo adquirir outros conhecimentos úteis ao seu trabalho. Foi o caso da Fundação de Massarelos, no Porto.
22. FERNANDES, R. - *História e Filosofia da Educação*.

23. FONSECA, Teresa - *Montemor-o-Novo no século XIX: VII - Cultura e sociedade*. In "Folha de Montemor", Março de 2002, p. 3.
24. "O Commercio do Porto", n.º 309, 17 de Dezembro de 1885.
25. *Relatórios e Contas do segundo anno das casas d'asylo da primeira infancia na cidade do Porto instituidas debaixo da immediata protecção de SS. MM.* Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1838.
26. "O Commercio do Porto", n.º 309, 17 de Dezembro de 1885.
27. "O Commercio do Porto", n.º 309, 17 de Dezembro de 1885. Supomos que se trate do Asilo Portuense de Beneficência da 1ª Infância, Instituído no Porto no primeiro semestre de 1836, o qual estava inicialmente vocacionado sobretudo para acolher, durante o dia, as crianças órfãs do Cerco do Porto e da epidemia de cólera ocorrida em 1833. Cf. *Asylo Portuense de Beneficencia da 1ª Infancia*. Porto, Typ. de Gandra & Filhos, 1836 (<http://purl.pt/4456>).
28. PEREIRA, Ob. cit., p. 67. Já em 1823, D. João VI havia estabelecido em Lisboa uma instituição para surdos-mudos e para cegos, embora não existindo na mesma qualquer orientação pedagógica. Lembramos ainda a pioneira Real Casa de Asilo dos Naufragados, criada no Porto por decreto de em 1828 (de D. Miguel) e o Asilo de Inválidos de Runa, também de fundação real e anterior ao Liberalismo, destinado a receber militares mutilados e aleijados.
29. PORTELA, Ana Margarida - *António Almeida da Costa e a Fábrica de Cerâmica das Devesas. Antecedentes, fundação e maturação de um complexo de artes industriais (1858-1888)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal orientada pela Prof. Doutora Lúcia Rosas, concluída em 2003 e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2004, 2 volumes (217+148 páginas, incluindo 315 ilustrações).
30. Para além das referências indicadas em nota, veja-se ainda BARATA, António Francisco - *Escorço historico do Asylo de Infancia Desvalida de Évora*. Évora, Minerva Commercial, 1900 e FERNANDES, Rogério - *Orientações pedagógicas das «casas de asilo da infancia desvalida» (1834-1840)*. In "Cadernos de Pesquisa", n.º 109, Fundação Carlos Chagas, 2000.
31. Em 1904, esta Irmandade fundou também um orfanato.
32. Jornal Praceta, <http://jornalpraceta.no.sapo.pt/asilo2.htm>
33. Jornal Praceta, <http://jornalpraceta.no.sapo.pt/asilo2.htm>
34. Jornal Praceta, <http://jornalpraceta.no.sapo.pt/asilo2.htm>
35. QUEIROZ, Francisco - *Leiria romântica: uma leitura histórica da arquitectura e do espaço urbano*. Estudo de investigação elaborado no âmbito de uma bolsa atribuída pela Câmara Municipal de Leiria em 2002. Gaia, 2005, 319 págs. (policopiado).

36. "O Commercio do Porto", n.º 6, 7 de Janeiro de 1885
37. <http://www.prof2000.pt/users/adcostinha/OAnjoDaCaridade/OAnjoDaCaridade.htm>
38. OLIVEIRA, Eduardo P. - *O convento do Salvador. De mosteiro de freiras ao Lar Conde de Agrolongo*. Braga, [Lar Conde de Agrolongo], 1994.
39. Em 1894, o Colégio de Nossa Senhora do Rosário, que funcionava no Convento de Corpus Christi, passou da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e S. Domingos de Gusmão para as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras. CARDOSO, Artur Lopes - *Colégio de Nossa Senhora da Bonança é «Diamante»*. In "Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia", Junho de 2003, p. 3.
40. No vasto mosteiro foram instaladas várias valências: habitações, cadeia, mercado municipal, matadouro, um asilo de órfãos e um asilo de idosos (na sua antiga biblioteca).
41. O Colégio dos Órfãos.
42. I.A.N./T.T., Ministério das Finanças, Convento de Santa Ana de Leiria, cx. 1940, capilha 4, s/fl.
43. BARREIRA, César Gabriel - *Um olhar sobre a cidade da Horta*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, p. 114.
44. "O Ecco Popular", n.º 212, Porto, 19 de Setembro de 1857.
45. QUEIROZ, José Francisco Ferreira - *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória*. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras do Porto, vol. 1, tomo 2º, p. 477.
46. *Ourém. Três contributos para a sua história*. Câmara Municipal de Ourém, 1994, p. 168.
47. *Ourém*, p. 168.
48. Escrito entre cerca de 1870-1875 e incluído em *Ourém*, p. 206.
49. *Ourém*, p. 206.
50. *Ourém*, p. 253-255. Sobre os Ataíde, veja-se PORTELA, Ana Margarida / Queiroz, Francisco - *O Cemitério de Santo António do Carrascal: Arte, História e Sociedade de Leiria no Século XIX*. Marinha Grande, Magno Edições (no prelo).
51. *Ourém*, p. 206.
52. *Ourém*, p. 206.
53. *Ourém*, p. 206.
54. *Ourém*, p. 207 e 217.

55. Existia então uma certa rivalidade entre os moradores da agonizante vila de Ourém e os moradores da próspera Vila Nova de Ourém.

56. *Ourém*, p. 217.

57. *Ourém*, p. 254.

58. "O *Commercio do Porto*", n.º 232, 3 de Agosto de 1877, p. 2.

59. "O *Commercio do Porto*", n.º 243, 13 de Agosto de 1877. Contudo, um relato de D. António da Costa, datado de 1874, já refere o Asilo de Infância Desvalida de Viana do Castelo. Vd. OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *Imagens da Ribeira Lima, 1860-1910*. Associação de Municípios do Vale do Lima, 2003, p. 117.

60. "O *Commercio do Porto*", n.º 233, 4 de Agosto de 1877, p. 2.

61. "O *Commercio do Porto*", n.º 55 e n.º 56, 1877.

62. *Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a infancia desvalida do Districto de Portalegre. Anno economico de 1873-1874 (1º da sua installação)*. Portalegre, Typographia Portalegrense, 1875 e *Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a infancia desvalida do Districto de Portalegre. Anno economico de 1874-1875 (2º da sua installação)*. Portalegre, Typographia Portalegrense, 1876.

63. *Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...*, 1873-1874.

64. *Relatorio apresentado à Junta Geral do Districto de Portalegre na Sessão Ordinária de 1878 pelo Conselheiro Governador Civil José de Beires, com documentos e mappas illustrativos resoluções e consultas da Junta Geral*. Coimbra, Imprensa Académica, 1878.

65. Não faremos aqui a sua relação. Veja-se *Estatutos do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a infancia desvalida do Districto de Portalegre*. Portalegre, Typographia Portalegrense, 1875 e *Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...*, 1873-1874.

66. *Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...*, 1874-1875 e *Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a infancia desvalida do Districto de Portalegre. Anno economico de 1876 a 1877 (4º da sua installação)*. In *Relatorio apresentado à Junta Geral do Districto de Portalegre na Sessão Ordinária de 1878 pelo Conselheiro Governador Civil José de Beires, com documentos e mappas illustrativos resoluções e consultas da Junta Geral*. Coimbra, Imprensa Académica, 1878.

67. Para a elaboração do texto sobre o Asilo Montemorense de Infância Desvalida baseamo-nos em ROMEIRAS, Pe. João Joaquim de Sousa - *História summaria da fundação do Asylo Montemorense de Infancia Desvalida e da sua administração até Junho de 1889*. Évora, Minerva Eborense, 1890 e PORTELA, Ana Margarida /

QUEIROZ, Francisco - *Contributos para a História da Arquitectura e do Urbanismo em Montemor-o-Novo, do século XVI ao século XIX. I - O Convento de Nossa Senhora da Saudação.*

68. Sessão de Fevereiro de 1876 da Confraria do Santíssimo da Igreja Matriz de Montemor-o-Novo, constituída por Luís Henriques Brejo (juiz), Luís Manuel de Brito Fragoso Amado (escrivão), António Alves Monteiro, João Vicente Borges e Henrique Pimenta de Aguiar (deputados). Os estatutos foram aprovados em 28 de Fevereiro de 1876.

69. FONSECA, Teresa - *Montemor-o-Novo no século XIX: VIII - Cultura e sociedade.* In "Folha de Montemor", Abril de 2002, p. 3.

70. Veja-se PORTELA, Ana Margarida / QUEIROZ, Francisco - *Contributos para a História da Arquitectura e do Urbanismo em Montemor-o-Novo, do século XVI ao século XIX. I - O Convento de Nossa Senhora da Saudação.*

71. Conde da Costa, Xavier da Silva, Mesquita da Rosa, José Carlos de Gouveia e o Secretário Geral Augusto Ferreira Novais.

72. FONSECA, Teresa - *Montemor-o-Novo no século XIX: VIII - Cultura e sociedade,* p. 3.

73. FOCUS - *Enciclopédia Internacional.* Vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1964, p. 642.

74. Francisco Adolfo Coelho e Ramalho Ortigão são dois exemplos. Veja-se ainda o interessante editorial não assinado publicado em "O Commercio do Porto", n.º 237, de 20 de Setembro de 1878, no qual se elogia sobremaneira o método de Froebel.

75. "O Commercio do Porto", n.º 272, 8 de Novembro de 1882.

76. Em Beja, o actual jardim público (situado na antiga cerca franciscana) chamou-se Jardim Froebel em finais do século XIX.

77. "O Commercio do Porto", n.º 275, 11 de Novembro de 1882.

78. FONSECA, Teresa - *Montemor-o-Novo no século XIX: VIII - Cultura e sociedade,* p. 3.

79. PORTELA, Ana Margarida / QUEIROZ, Francisco - *Contributos para a História da Arquitectura e do Urbanismo em Montemor-o-Novo, do século XVI ao século XIX. I - O Convento de Nossa Senhora da Saudação.*

80. Segundo Túlio Espanca, um dos sinos de bronze do mesmo campanário foi fundido em Lisboa por M. A. S., em 1888.

81. QUEIROZ, Francisco - *Especificidades da arte funerária oitocentista na região da Serra de S. Mamede. Os Cemitérios de Portalegre, Castelo de Vide e Nisa* (colaboração de Ana Margarida Portela). In "Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos", 4ª edição (1997/1998). Porto, Fundação da Juventude, 2000, vol. I, p. 168-253.

82. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide. Orphalinato femenino. Noticia Historica.* Portalegre, Typ. Minerva Central de António F. M. Tapadinha, 1898, p. 10.
83. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 8 e 10.
84. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 11.
85. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 9.
86. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 9, 12 e 13.
87. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p.13.
88. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p.14.
89. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 6.
90. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p.13.
91. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 14.
92. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 14. O sublinhado é nosso.
93. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 6.
94. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 16-17.
95. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 17.
96. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 17.
97. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 17.
98. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 17.
99. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 17.
100. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 17-18.
101. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 19.
102. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 6 e 21.
103. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 24 e 27-28.
104. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 30.
105. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 33.
106. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 34.
107. *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide*, p. 35.
108. A propósito, não podemos deixar de referir que a instrução primária da autora Ana Margarida Portela foi feita no edifício de um antigo convento feminino: o Convento de Celas, em Coimbra.